

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E OITO** -----

----- No dia 17 de Maio de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Carlos Pessoa e Costa, João Miguel Estrompa de Almeida, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim António Oliveira, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Levi Marques dos Santos, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Manuel de Oliveira Duarte, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Luísa Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso da Silva, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva,

Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Sérgio Rui Lopes Sintra, João Gordo Martins, António Manuel Passos Rapoula, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, Domingos Dores Rosa Estanislau, Jaime Salomão Alves, Cecília Conceição Simões Sales, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, João de Deus Gomes Pires, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Francisco Martins (PSD), por 16 dias, tendo sido substituído nesta reunião pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Feliciano David (PCP), por dois dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por dois dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jaime Salomão Alves. -----

----- Rodolfo Caseiro (PCP), por dois dias, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cecília Sales. -----

----- João Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Fonte. -----

----- Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por João Nuno de Athayde de Carvalhosa. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificou a falta o seguinte Deputado Municipal: -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e de seguida entrou-se no período destinado à intervenção do público. -----

#### ----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Maria da Luz Jerónimo**, moradora na Rua Frei Fortunato São Boaventura, n.º 61 r/chão esqº 1900-243 Lisboa, falando em nome dos moradores do Bairro da Picheleira, leu a seguinte exposição: -----

----- “Eu, Maria da Luz Jerónimo, em nome dos moradores do Bairro da Picheleira, venho de novo manifestar o desgosto e inquietação pela situação em que se encontra a entrada do nosso bairro. -----

----- 1º. Em 4 de Janeiro passado, perante esta Assembleia Municipal denunciei o facto de à revelia de tudo e de todos, se ter encerrado o acesso ao bairro a partir da Rotunda das Olaias, para a construção de imóveis particulares; -----

----- 2º Verificou-se nessa data uma disponibilidade de V. Exas. e do Senhor Presidente para obter uma solução do problema (vosso ofício n.º 0259 de 31/01/2005), o que permitiu uma reunião com o Sr. Presidente da CML, Engº Carmona Rodrigues, que foi sensível ao problema e que ordenou a reabertura imediata da via de acesso ao Bairro; -----

----- 3º No entanto, passaram-se 4 meses, na verdade, a via de acesso continua aberta, mas a situação apresenta-se muito grave: -----

----- a) Continua a manter-se o estaleiro que deu origem à obra e que neste momento se transformou numa lixeira; -----

----- b) O passeio para peões de uma das faixas não existe, criando graves problemas a quem por ali circula, sendo causador de eventuais e graves acidentes (como podem ver nas fotos distribuídas); -----

----- c) A sinalização não é a apropriada o que implica o estacionamento automóvel nas duas faixas, afunilando a respectiva entrada para o Bairro; -----

----- d) Não foi resolvido o problema da Praça de Táxis, o que continua a atormentar a população residente no Bairro; -----

----- e) Isto é, abriram-nos a via, mas encerraram-nos a dignidade. -----

----- 4º Para além do mais, o assunto parece mais intrincado, dado que após uma reunião com a Comissão Permanente de Urbanismo, que encaminhou o processo para a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão, que se mostrou surpreendida e desconhecadora da realização desta obra. -----

----- Reconhecendo que a Junta de Freguesia do Beato, na pessoa do seu Presidente, tem acompanhado a situação, não temos contudo sentido o efeito prático das medidas tomadas, o que nos parece estranho e por isso apelamos a ajuda de V. Exas. para a resolução urgente do problema exposto, antes que no Verão, que se aproxima, a Picheleira se tome inacessível pelo poder do mau cheiro e podridão em que o estaleiro se está a transformar.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a exposição acabada de ler seria enviada à Câmara. -----

----- **O Sr. Fernando Esteves Madeira**, morador na Av. 24 de Julho, n.º 52 – 3º esqº, 1200-868 Lisboa, disse que reside há 40 anos na Freguesia de Santos-o-Velho e vinha apresentar o seu protesto e a sua crítica negativa pela autorização que a Câmara deu para a realização de um concerto denominado “24 Horas TMN”, num local de muitas residências, que começou à meia-noite do dia 6 de Maio e terminou à meia-noite do

dia 7, portanto de sexta-feira para sábado. Foi um pandemónio na Freguesia de Santos-o-Velho! -----

----- Disse que mora a 150 metros do sítio onde estavam montados os palcos, só veio a saber da realização do concerto quando a divulgação começou, os compromissos certamente estavam assumidos há muito, escrevera uma carta, antes do concerto, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, teve contactos com o Departamento que controlava os décibéis do ruído, não sabia se a TMN foi multada ou não mas isso era uma brincadeira para empresa com certeza, mas a seu pesar era que ninguém na Câmara se preocupava minimamente com as pessoas que moravam na Av. 24 de Julho. É que na Av. 24 de Julho não havia só discotecas, bares e restaurantes, viviam lá pessoas como também no Conde Barão e imediações, e todas sofreram com isso. ---

----- Disse, ainda, que contactara a Junta de Freguesia, poucas pessoas se manifestaram como era habitual, e a sua preocupação agora, para além da crítica que estava a apresentar, era que futuramente nesse local, onde era antigamente o Cais da Insulana, hoje chamado Terraplano de Santos, viesse a ser descoberto um dos muitos locais de diversão, porque Lisboa tinha muitos mas os organizadores, uma agência brasileira, não foram para o Parque do Tejo ou outro parque qualquer da cidade mas sim para o local referido. Aliás, um funcionário da agência disse-lhe que ficaram bastante admirados com a autorização dada pela Câmara. -----

----- Portanto, fazia votos que jamais fossem ali autorizados espectáculos barulhentos que incomodavam grandemente as pessoas. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a intervenção acabada de fazer, com um protesto e uma recomendação, seria enviada à Câmara Municipal. -----

----- **O Sr. Humberto Tavares**, morador na Praceta Gonçalves Crespo, n.º 4 – 3º 2790-082 Carnaxide, disse que a razão de ser desta sua intervenção na Assembleia Municipal tinha a ver com uma situação um tanto anacrónica que lhe aconteceu no passado dia 27 de Abril, quando pretendia intervir na Sessão Pública da Câmara. -----

----- Disse que há cerca de uma década interveio na Câmara, era então Presidente o Dr. João Soares, a situação já não era boa mas agora estava pior. O problema que apresentou há 10 anos não foi resolvido, o Dr. João Soares ofereceu-lhe um bolo-rei, mas de facto via que a situação não estava melhor. -----

----- Referiu que no dia 26 de Abril se deslocou à Câmara para se inscrever como dirigente associativo ou, em alternativa, como munícipe singular, e foi-lhe dito pela Dra. Mariana Pombeiro que como dirigente associativo tinha que ter um mandato e que singularmente também não, mas deu a inscrição como feita e no dia seguinte foi à Sessão Pública. Contou isso ao Sr. Presidente da Câmara que lhe respondeu que o seu caso iria ser resolvido, ficou para último lugar e acabou por não intervir porque já não havia tempo, e disseram-lhe depois para ir na próxima Sessão Pública que era no dia 25 de Maio. -----

----- Portanto, o que o trazia à Assembleia era expor algum receio quanto ao que poderia acontecer na próxima Sessão, a ele ou a qualquer membro da direcção do Agrupamento de Cidadãos Auto-mobilizados, até porque o Dr. José Bastos, Director

do DAOM, disse que ainda iria estudar outro argumento para avançar quando fosse confrontado com ele ou com outro qualquer elemento da direcção. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a intervenção seria enviada à Câmara Municipal, mas recordou que cada um dos órgãos tinha a sua autonomia. -----

----- **O Sr. Delfino Navalho Serras**, falando em nome do STML – Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, com sede na Rua de São Lázaro, 66 - 1º Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Na sequência das decisões tomadas pelo actual Executivo de processos de mudanças de instalações e após um processo em que o STML e os trabalhadores estiverem envolvidos com o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Professor Carmona Rodrigues, foram assumidos compromissos que, com as opções então encontradas, mereceram o consenso das partes envolvidas. -----

----- Assim das instalações da Rua da Cruz Vermelha -----

----- - a DMPO-DOIS foi transferida provisoriamente para as instalações arrendadas pelo Município na Av. Almirante Reis, nº 65, na perspectiva da sua instalação definitiva no Edifício Municipal Panorâmico de Monsanto. -----

----- - a DMAE - Departamento de Abastecimentos seria transferida para o Edifício Municipal Panorâmico de Monsanto. -----

----- - o DMRH/Medicina do Trabalho seria transferido para a Alameda das Linhas de Torres, nº 156. -----

----- Das instalações de Alcântara: -----

----- - a DMAU/DQEV seria transferida para o Edifício Municipal Panorâmico de Monsanto. -----

----- - a DMAU/Divisão de Iluminação Pública seria transferida para a Rua Américo Jesus, aos Olivais. -----

----- Destas opções, consensualizadas, a CML abandonou o projecto de transferência dos trabalhadores para o do Edifício Municipal Panorâmico de Monsanto e também a transferência dos trabalhadores da Medicina do Trabalho para a Alameda das Linhas de Torres. -----

----- Assim, em relação aos cerca de 600 trabalhadores que iriam para o Edifício Municipal Panorâmico de Monsanto, depois da CML ter feito obras de adaptação, não se conhecem as opções para a sua recolocação. -----

----- Mais grave ainda é a situação do Serviço de Medicina de Trabalho, cujas anunciadas instalações na Alameda das Linhas, estavam a ser objecto de obras de adaptação já em fase adiantada e tendo já sido transferidos alguns equipamentos, o que indiciava que este processo teria o desfecho que todos esperavam. -----

----- Contudo e inexplicavelmente tal não se verificou. Para total surpresa do STML e dos trabalhadores, foi posteriormente anunciada uma nova opção de instalação destes serviços na Quinta do Lavrado, na Picheleira. -----

----- Esta opção traduz um claro retrocesso, relativamente aos compromissos discutidos e assumidos pela CML, revela um total desrespeito pelos trabalhadores e exemplo da gestão caótica em que mergulhou a C.M.L. -----

----- Sobre o novo local, é de salientar que existe um Parecer Técnico dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde, a que o STML teve acesso, e onde são considerados aspectos no edifício alternativo inadequados à instalação de serviços desta natureza tais como: -----

----- - a difícil acessibilidade -----

----- - insuficiência de área interior para instalação dos diversos serviços -----

----- - o pé direito nalgumas áreas é manifestamente baixo contrariando a legislação em vigor -----

----- - inexistência de equipamento adequado ao controlo de temperatura e qualidade do ar interior, entre outros aspectos. -----

----- É de referir que, para além dos trabalhadores afectos a esta Divisão, todos os trabalhadores do Município de Lisboa, cerca de 11.000, irão ser prejudicados com esta nova opção prevista pela CML, nomeadamente sinistrados de trabalho ou portadores de doenças profissionais incapacitantes, uma vez que a acessibilidade, quer em termos de transportes públicos quer em termos da envolvente da instalação são factores que não têm em conta este tipo de situações. -----

----- Esta deliberação está a motivar um forte e amplo descontentamento por todos os trabalhadores do Município. -----

----- Não entendemos que o parecer dos técnicos, que a nível do Município são responsáveis pela implementação de medidas de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho, não seja levado em conta pela CML. -----

----- Da mesma forma, não foram consultados os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde do Município de Lisboa. -----

----- Por outro lado é estranho que a CML não tenha solicitado parecer sobre esta questão às entidades competentes. Foi o STML que apresentou junto da Inspeção-Geral do Trabalho um pedido de intervenção nesse sentido. -----

----- Esta atitude por parte da Câmara Municipal de Lisboa, é demonstrativa e reveladora do seu total desinteresse em assegurar condições de trabalho dignas para todos quantos nesta casa trabalham, apesar das declarações de empenhamento na criação de uma cultura de Segurança, Higiene e Saúde, por parte de vários responsáveis políticos do Município. -----

----- O STML e os trabalhadores, continuarão atentos e intervirão em todo este processo e noutros que se venham a justificar, sempre que sejam postos em causa direitos fundamentais dos trabalhadores. -----

----- Os trabalhadores do Município, como todos os outros trabalhadores, não são propriamente peças de mobiliário que possam ser armazenadas a bel-prazer e conveniência da administração. Compete à entidade empregadora garantir condições dignas, que respeitem a Segurança, a Higiene e a promoção de Saúde dos trabalhadores. -----

----- Muitas vezes sem estas condições, os trabalhadores têm dado provas cabais de empenhamento no serviço aos municípios da cidade de Lisboa. -----

----- Paradoxalmente, o Município está a procurar impor condições que não respeitam esses princípios aos trabalhadores que, a nível da CML, são responsáveis por os promover. -----

----- O mínimo que poderemos exigir é que lhes sejam facultadas essas mesmas condições. -----

----- Assim, solicitamos à Assembleia Municipal que tome as medidas julgadas necessárias para a resolução destes problemas que afectam os trabalhadores do Município.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a exposição acaba de ler seria enviada à Câmara Municipal a pedir informação. -----

----- **O Sr. Manuel Lino Cunha**, morador na Estrada Pedro Teixeira, 18-A 1400-047 Lisboa, falando em nome da Associação Desportiva da Juventude Ajudense, leu a seguinte exposição: -----

----- “Uma colectividade é o contacto mais directo com os munícipes, e eu represento uma colectividade que muito me orgulho, que é a A.D.J.A., com 52 anos de existência, e um currículo invejável em termos de cultura, desporto e não só. Como V. Exas. sabem o tempo que nos é concedido é muito pouco, e os nossos problemas associativos são enormes, e ultimamente mais agravados, e todos de certeza teremos a noção disso e até dos porquês. -----

----- Atenção não gostaria de ver mal interpretadas as minhas humildes palavras, mas sim vistas à luz de uma análise crítica e construtiva. -----

----- Havia aqui um outro ponto, mas graças à nossa Junta de Freguesia da Ajuda esse já foi extraído porque ela atempadamente o resolveu, parcialmente embora. -----

----- Em 3 anos, as nossas *démarches* perante os vários Departamentos da C.M.L. foram muitas e de diversas formas, pedidos de reuniões, muitos faxes, muitos telefonemas, muitas idas aos Departamentos dos diversos Pelouros, Junta de Freguesia etc., etc., para quê? -----

----- Nem mais nem menos que tentar resolver problemas urgentes da nossa comunidade local, para os quais nos sentimos à altura de responder, mas infelizmente sem nenhum resultado, se não vejamos: temos um projecto, em aprovação na C.M.L., para ampliação da sede e serviços de utilidade pública a prestar, temos um pedido de aquisição simbólica ou cedência de um pequeno espaço devoluto confinado à nossa sede, para apoio às crianças locais e à nossa juventude tão carenciada e desprotegida, que se interliga e insere no projecto atrás descrito, e que em polivalência estenderá o seu âmbito também à terceira idade local, e todos sem respostas concretas até hoje. Como V. Exas. sabem poderia enumerar muitos mais exemplos, mas ficaria por aqui. -

----- No entanto gostaria de lembrar que toda a nossa exposição hoje e aqui, está documentada e bem, em poder de todos os órgãos respectivos camarários, Junta de Freguesia etc., etc. -----

----- Agradecendo o tempo que vos tomámos, desejando o melhor para todos, lembraria contudo que a nossa querida e amada Lisboa, merece tudo de bom, munícipes mais felizes, incluindo sempre um associativismo puro, limpo e honesto e

um forte apoio a quem só por carolice e voluntariamente se dedica ao bem da comunidade sem contrapartidas materiais.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o município que acaba de intervir foi recebido na Assembleia, já tinha o dossier a que ele se referira e já o despachou, portanto iria procurar junto da Câmara Municipal a resolução dos problemas expostos. -----

----- **A Sra. D. Maria da Conceição Sequeira de Miranda**, moradora na Rua Tomás da Anunciação, 26 – 1º esqº 1300 Lisboa, disse que era a segunda vez que intervinha na Assembleia Municipal, mas da primeira vez teria sido demasiado *soft* e expor o seu problema. -----

----- Disse, então, que mora numa casa que devido a um incêndio no piso superior ficara toda danificada. Os proprietários, o Sr. Aurélio, a Sra. D. Margarida Pereira, e a advogada que por acaso é filha, tiveram uma intimação para fazer obras. Este processo já vem de há 11 anos, mas os referidos proprietários diziam ter a Câmara Municipal de Lisboa nas mãos, e comprovavam, porque foram efectivamente intimados para fazer obras e não as fizeram. -----

----- Entretanto, conseguiram abrir duas *boutiques* no prédio, alugar um andar como escritório e que não podia ser alugado como tal, e o andar onde mora estava de tal maneira deteriorado que já houve um acidente com uma criança de 7 anos que ficara suspensa entre um piso e o outro. Isto era muito grave, porque a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o Departamento de Conservação de Edifícios Particulares, era de tal maneira a corrupção lá dentro que chegava a este limite. -----

----- Disse que na altura tentara falar com os técnicos para saber qual a razão porque não fizeram, após a vistoria, o acompanhamento das obras para depois as darem por finalizadas. Quando fizeram as obras no piso de baixo tiveram que coabitar com todo o tipo de bicharada, ratos, baratas, etc., levemente os proprietários fizeram obras no piso de cima que estava neste momento a cair, pelo que iria voltar a coabitar com a mesma bicharada que, aliás, já se encontrava em casa. -----

----- Portanto, atribuíra a responsabilidade aos técnicos da Câmara já que não quiseram dar a cara quando ela pediu, concretamente o Sr. Vitorino Esteves, o Sr. Armando Varela que é o fiscal, o Sr. técnico civil Jorge Fundinho, a Sra. Directora do Departamento, engª civil Marta Cardoso, e, claro, a Sr. Vereadora Eduarda Napoleão.

----- Terminou dizendo que iria levar este caso até ao fim custasse o que custasse, as pessoas iriam ter que se responsabilizar porque puseram a sua família a viver em condições de perigo grave. Podia garantir que neste caso a culpa não iria morrer solteira, pelo que as pessoas que nomeou, se quisessem, tinham o seu contacto e podiam falar consigo, embora, de qualquer das formas, já fosse tarde. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a município sabia que foi recebida na Assembleia Municipal por si, tiveram uma reunião, já interveio uma vez na Assembleia e sabia que o seu processo foi enviado para a Câmara Municipal e que qualquer informação que chegasse rapidamente lhe seria enviada. E era isso que agora iriam fazer com esta intervenção, obviamente também enviando o processo à Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana para ser tratado. -----



----- **O Sr. Carlos Moura**, morador na Rua Eng<sup>o</sup> Ferreira Mesquita, bloco C – 1<sup>o</sup> dt<sup>o</sup> 1070-116 Lisboa, falando em nome da Quercus, disse que no momento em que se aproximava a época tauromática, as associações Quercus e Lisboa Verde dirigiam-se à Assembleia Municipal de Lisboa lembrando que ao abrigo da Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, cabia às autarquias municipais a autorização de espectáculos com animais. -

----- Movendo-os a defesa do ambiente, na qual não podia deixar de se integrar a protecção da vida animal, não podiam deixar de apelar ao fim dessa actividade em Lisboa. Ainda que em algumas zonas do País a existência da criação e manutenção de gado de toureio significasse a protecção de *habitats* específicos, em Lisboa esse espectáculo representava, ainda, o acréscimo de custos económicos e ambientais decorrentes do transporte e manutenção dos animais. -----

----- Aproveitando o decorrer das obras na Praça do Campo Pequeno, que inviabilizavam toda a presente temporada, apelavam à Assembleia Municipal que recomendasse à Câmara a cessação, de ora avante, de todas as autorizações para novas corridas em Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que aproveitavam também o ensejo para, sobre outro assunto, saudar o debate a realizar relativo às condicionantes da Declaração de Impacte Ambiental do Túnel do Marquês, relembrando a obrigatoriedade da sua aplicação e as consequências de o não fazer, à luz dos artigos 17º e 20º do Decreto-Lei 69/2000. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o documento que o munícipe que acabara de intervir lhe entregou, quando reuniram, foi já enviado à Câmara Municipal estando-se agora a aguardar a tomada de posição da parte da Câmara. -----

----- **O Sr. Roberto Carlos Fernandes**, morador na Rua Grão Vasco, n.º 1 – 3º esqº, 2770-443 Amadora, disse que há quase um ano vinha procurando ser recebido pela Sra. Vereadora da Acção Social, Dra. Helena Lopes da Costa, foram vários os faxes que enviou sem que tivesse conseguido uma reunião. -----

----- Pretendia agora, depois de várias tentativas junto do Pelouro da Acção Social da Câmara, denunciar uma situação de subaluguer de um espaço comercial denominado “Café Dô” que pertencia à Federação Portuguesa de Sumo, e perguntar se a Câmara Municipal de Lisboa tinha conhecimento ou preferia não querer saber. -----

----- A entidade que lhe fez a concessão de exploração nunca lhe passou os respectivos recibos de pagamento das rendas, que foram três no valor de 1.500 euros cada um. Que legalidade a Câmara Municipal de Lisboa concedia a uma associação que prejudicava terceiros e lesava o Estado, já que não cumpria as obrigações fiscais nem respeitava o contrato de aluguer que tinha com a Câmara. -----

----- Disse, ainda, que a Câmara depois de ele ter pretendido dar conhecimento de uma ilegalidade não o quis ouvir, pelo que perguntava agora se a Câmara aceitava que após a denúncia deste caso de fuga aos impostos tudo continuasse na mesma. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, terminado o período de intervenção do público, deu as seguintes informações: -----

----- Que da Ordem de Trabalhos a Câmara retirou a proposta 931/2004, da Uniténis. -

----- Que a Conferência de Representantes, a Mesa e a Comissão de Acompanhamento da Requalificação do Parque Mayer, a convite do empresário Helder Freire Costa

visitara o Parque Mayer na quinta-feira da semana passada. Notaram e constataram que o Parque estava de facto muito degradado e estava vazio, mas na hora do início da revista entrara muita gente no Parque, o que significava que a revista continuava a atrair centenas de pessoas ao Parque apesar de estar apenas um teatro em funcionamento. A delegação da Assembleia Municipal visitou os artistas e os técnicos nos camarins, e no decorrer do espectáculo fomos saudados, enquanto delegação da Assembleia, pelos artistas. Era, de facto, uma situação que tinha que ter urgentemente uma solução. Todos os que foram na delegação estavam conscientes disso, e com certeza também os demais Deputados Municipais e a Câmara Municipal. -----  
----- Findas as informações, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções. -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- “1. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa debateu e votou, no passado dia 1 de Março, a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa para a resolução da recuperação do Parque Mayer; -----

----- 2. Considerando que a votação na Assembleia Municipal foi condicionada ao compromisso da Câmara Municipal nada fazer em relação ao Parque Mayer e à deliberação camarária em causa, sem que primeiro fossem cabalmente cumpridas quatro condições: -----

----- - a) O condicionamento de qualquer acção de recuperação do Parque Mayer à aprovação prévia do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE); -----

----- - b) O condicionamento de qualquer acção ou autorização de construção nos terrenos da Feira Popular à aprovação prévia do “Plano de Alinhamento e Cêrceas da Avenida da República”; -----

----- - c) Que, em quinze dias, a Câmara Municipal de Lisboa entregue na Assembleia Municipal de Lisboa todos os acordos com o Arquitecto Frank Ghery, ou com o gabinete que o representa; -----

----- - d) Que a Câmara Municipal de Lisboa finalize, urgentemente, o acordo com os feirantes da Feira Popular e que proceda, entretanto, a novo pagamento por conta das indemnizações, de forma a minorar as condições gravosas em que foram colocados com o encerramento da Feira Popular. -----

----- 3. Considerando que, na sua intervenção neste debate da sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de dia 1 de Março, a Câmara Municipal de Lisboa se comprometeu a aceitar estas quatro condições, manifestando profundo interesse em que a alienação dos terrenos da Feira Popular em hasta pública fosse feita de uma «forma clara e transparente»; -----

----- 4. Considerando que as condições apresentadas foram submetidas a votação antes da votação da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, com o intuito de condicionar a resolução camarária; -----

----- 5. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou as condições apresentadas; -----

----- 6. Considerando o não cumprimento, até hoje, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, de qualquer uma das quatro condições procedimentais que a Assembleia Municipal aprovou; -----

----- 7. Considerando o anúncio da hasta público dos terrenos da Feira Popular sem que nenhuma das condições, a que a Câmara Municipal se comprometeu a cumprir, tenha sido cumprida; -----

----- 8. Considerando que o estudo de loteamento municipal dos terrenos da Feira Popular já tem um projecto elaborado, ao que tudo indica, por um gabinete privado de arquitectura ligado à parte privada do negócio do Parque Mayer, sem qualquer concurso público. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 17 de Maio de 2005, decida:

----- 1. Censurar politicamente a Câmara Municipal de Lisboa por não respeitar o compromisso com esta Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- Contestar qualquer acto camarário que não cumpra o aprovado e assumido pela Câmara Municipal de Lisboa nesta Assembleia Municipal; -----

----- Retirar o apoio à resolução do Parque Mayer, de acordo com a proposta aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa no dia 1 de Março de 2005, considerando ilegítimo que a Câmara Municipal de Lisboa dê início a qualquer hasta público dos terrenos da Feira Popular.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- **Recomendação** -----

----- 1. Considerando que 50% das deslocações de carro na Europa cobrem distâncias inferiores a 5km e que para distâncias curtas a bicicleta é mais rápida que o carro e permite evitar as filas de trânsito; -----

----- 2. Considerando que só a criação de pistas cicláveis fará evoluir o cenário, fundamentalmente pela criação de condições para a segurança dos seus utilizadores, à semelhança do efectuado em diversas áreas da cidade de acesso condicionado ao automóvel ou em passeios pedonais; -----

----- 3. Considerando a experiência da iniciativa europeia «Um Dia Sem Carro» como concretização de uma opção política de que a uma prioridade de circulação e estacionamento deverá suceder uma mobilidade alternativa e saudável; -----

----- 4. Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa mantém, desde Julho de 2001, um estudo - destinado a criar uma rede de percursos para bicicletas que abrange toda a cidade, num total de 238 quilómetros – “Rede de Bicicletas para Lisboa”, elaborado por uma equipa do Instituto Superior de Agronomia (ISA), no âmbito de um protocolo estabelecido em 2000 com a Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística; -----

----- 5. Considerando que a rede proposta foi desenvolvida em articulação com o Plano Verde de Lisboa e estava pensada para o uso quotidiano da bicicleta, e não apenas para fins recreativos, em combinação com a rede de transportes públicos; -----

----- 6. Considerando as declarações da autarquia a 24 de Abril de 2005, de que o referido projecto é “megalómano”, e de difícil implementação, por parte dela se desenvolver em zonas de declives muito acentuados ou em vias saturadas de tráfego, e “não sustentável ao nível da gestão”; -----

----- 7. Considerando que, estabelecendo um faseamento para a concretização das pistas cicláveis, os autores do projecto propunham que o processo se iniciasse na zona ribeirinha, entre o Parque das Nações e Algés; -----

----- 8. Considerando o projecto da Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB), prevendo a criação de “uma rede circular em torno de Lisboa e um eixo que corresponde ao eixo histórico de entrada na cidade, entre o Campo Grande e a Baixa, ampliado à zona do Alto do Lumiar”. -----

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 17 de Maio de 2005, decida: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a apresentação de um estudo alternativo para a implementação de um traçado ciclável para a cidade de Lisboa, à semelhança de outras cidades europeias; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que considere como prioridades imediatas a extensão da ciclovia que termina em Entrecampos à zona das universidades, a reactivação da ciclovia que partia das Docas de Santos e a concretização da ciclovia de Telheiras a Entrecampos, amputada durante a construção do Estádio Alvalade XXI; -----

----- 3. Enviar esta moção a todas as organizações ambientalistas com sede na cidade de Lisboa; -----

----- 4. Enviar esta moção ao Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista, da Secção Autónoma de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia; -----

----- 5. Enviar esta moção à Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta; -----

----- 6. Publicar na comunicação social conforme o usual.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Recomendação -----

----- **Recolha de jornais de distribuição gratuita para posterior reciclagem.** -----

----- “Considerando que todos os dias são distribuídos, em vários pontos da cidade e sobretudo no Metropolitano de Lisboa e à entrada deste, mais de 100.000 exemplares de jornais de distribuição gratuita (jornal “Metro” e “Destak”), o que é de louvar, tendo em conta, quer o contributo que esse facto representa para a criação de hábitos de leitura quer pela divulgação das principais notícias de cada dia – elemento decisivo para o desenvolvimento de uma consciência de cidadania e responsabilidade; -----

----- Considerando que muitos dos cidadãos que lêem estes jornais, acabam por deixá-los abandonados em cima de bancos dentro dos comboios, no chão das estações, etc; -

----- Também à saída, muita gente deita no lixo estes jornais, que acabam por seguir os trâmites normais da circulação dos resíduos sólidos comuns; -----

----- Considerando que é de extrema importância que este papel possa ser reciclado – pelo que representa de consciencialização ambiental e responsabilidade cidadã, pelo que representa de redução para o destino final de importantes quantidades de papel, pelo que significa de reciclagem e respectiva redução de consumos de matérias primas e energéticos; -----

----- Por todas estas razões, os eleitos em representação do Partido Ecologista “Os Verdes” propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 17 de Maio de 2004, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que diligencie: -----

----- 1. No sentido de serem colocados com a maior brevidade em todas as estações do Metropolitano de Lisboa, nos locais adequados – tendo em conta o conhecimento de onde são depositados os jornais que as pessoas levam para ler, bem como dos trajectos dos utilizadores do Metropolitano e respectivas estações – caixotes (papêloes) dedicados à recolha selectiva de papel, para que possam ser posteriormente retirados e destinados à reciclagem; -----

----- 2. Junto do Metropolitano e dos próprios jornais para que seja feita uma campanha, que apele à população para que não abandone os jornais no lixo ou dentro dos comboios e que os deposite nos locais próprios para recolha de papel.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PEV) -----

#### ----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Desde Dezembro de 2004 que a freguesia do Beato tem vindo a acompanhar com preocupação a situação de acesso à Picheleira pela Rua Veríssimo Sarmiento, bem como as áreas envolventes da Rotunda das Olaias. -----

----- Esta situação levou ao movimento dos moradores da Picheleira e da Junta de Freguesia do Beato, em protesto pela forma como tudo decorreu, sem que para isso tenham sido ouvidos. -----

----- Após aprovação pela Assembleia Municipal de Lisboa de uma moção em que se solicitou à CML uma análise da situação e que fosse encontrada uma solução que garantisse a abertura do acesso e encontradas formas de compensação aos eventuais prejudicados. -----

----- A posterior, em reunião da CML, foi assumido o compromisso de que tudo seria feito de forma a garantir a abertura da via. A 27 de Janeiro a Sra. Vereadora, Dra. Eduarda Napoleão, perante a Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, informou que o encerramento daquela via e consequente destruição de lancis tinha sido feita à revelia de qualquer decisão da CML. -----

----- Após contacto com a CML, foi efectuada a 8 de Fevereiro a abertura de acesso ao Largo Honório Barreto (Picheleira/Rotunda das Olaias), ficando as zonas envolventes destruídas. hoje aquele local propicia a concentração de lixos e provoca autenticas nuvens de poeira. -----

----- O grupo de eleitos do PCP, na Assembleia Municipal reunida em sessão extraordinária de 17.05.2005, propõe: -----

----- 1º- Que a CML informe com carácter de urgência, sobre qual o plano para aquele local, a fim de que a freguesia o possa conhecer e pronunciar-se. -----

----- 2º- Que a solução que venha a ser aí definida não inclua a construção de qualquer lote no espaço da Rua Aquiles Machado, entre o Largo Honório Barreto e a Av. Engº. Arantes de Oliveira. -----

----- 3º - Publicar em jornal diário.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “O Movimento Associativo Popular, ao longo dos anos tem sido um dos maiores dinamizadores da cultura popular na cidade de Lisboa. -----

----- O mês de Junho, como o mês tradicionalmente considerado como o mês da cidade de Lisboa, em que as organizações do associativismo popular dão largas à sua imaginação, decorando e animando os seus bairros, num festival de cor, luz e alegria, que convida a população a participar nas festas tradicionais e populares da sua cidade.

----- A Câmara Municipal de Lisboa fez chegar ao Movimento Associativo, organizadores dos tradicionais Arraiais Populares, a cobrança da taxa de ruído, com valores que praticamente ultrapassam os valores atribuídos para o apoio organização dos Arraiais; -----

----- Assim, o grupo de eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão extraordinária a 17.05.2005, propõe: -----

----- 1 - Apelar à Câmara Municipal de Lisboa para que revogue a decisão de cobrar ao Movimento Associativo, instituições sem fim lucrativo, as taxas de ruído, aplicadas com retroactivo. -----

----- 2 - Que os Arraiais Populares que venham a ser organizados em 2005 pelo Movimento Associativo, fiquem isentos de taxas municipais. -----

----- 3 - Publicar em jornal diário.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Recomendação -----

----- “1. Considerando a anunciada demolição do edifício «Cinema Europa» para dar lugar a um condomínio; -----

----- 2. Considerando que a prática corrente de destruição dos teatros e cinemas de Lisboa constitui um crime à cultura, não só da cidade, mas também do país; -----

----- 3. Considerando que o acesso à cultura constitui uma das medidas essenciais para a promoção da cidadania e atracção e fixação dos cidadãos à cidade de Lisboa; -----

----- 4. Considerando que, apesar de ser uma zona de grande concentração populacional, Campo de Ourique não dispõe de qualquer espaço multifuncional que seja motor e ponto de encontro de iniciativas culturais e cívicas variadas, sendo uma zona da cidade altamente carenciada ao nível dos equipamentos culturais e de entretenimento; -----

----- 5. Considerando o protocolo, assinado pelo anterior executivo e rescindido pelo actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, entre a

C.M.L. e a Junta de Freguesia de Santo Condestável, no sentido da manutenção do edifício como espaço cultural; -----

----- 6. Considerando o movimento de cidadãos SOS Cinema Europa e o documento subscrito por cerca de dois mil cidadãos, onde se condena a demolição do Cinema Europa e se defende a sua reutilização como Europa – Casa da Cultura, apresentando diversas alternativas de rentabilização do espaço; -----

----- 7. Considerando o apoio de todo o executivo da Junta de Freguesia de Santo Condestável à manutenção do edifício onde funcionou o cinema Europa; -----

----- 8. Considerando que a reutilização do edifício como um espaço multifuncional, de dinamização de várias actividades culturais, viradas para o desenvolvimento e enriquecimento pessoal, constitui uma forma de agir e contribuir para o bem-estar e para o desenvolvimento social; -----

----- 9. Considerando diversos exemplos de equipamentos com o perfil de Casas de Cultura e Centro Cívicos, existentes em várias cidades europeias; -----

----- 10. Considerando a afirmação da vereadora Eduarda Napoleão, na sessão de 12 de Abril da Assembleia Municipal de Lisboa, de que todos os projectos relativos à construção ou alteração entregues na Câmara Municipal de Lisboa foram indeferidos, dada a sua fraca qualidade; -----

----- 11. Considerando que nessa mesma sessão, a vereadora Eduarda Napoleão manifestou o interesse da Câmara Municipal de Lisboa chegar a um acordo, no sentido de manter o edifício dando-lhe usos compatíveis com as necessidades do bairro, acrescentando ainda a importância de actividades culturais; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 17 de Maio de 2005, decida: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a não demolição do edifício onde funcionou o cinema Europa e a sua reutilização como espaço cultural, multifuncional e cívico, de apoio à população de Campo de Ourique, em particular, e de Lisboa, no geral; -----

----- 2. Enviar esta moção ao movimento «SOS Cinema Europa.» -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- **Recomendação** -----

----- “Quem passa pela praça de taxis situada na Av. Oscar Monteiro Torres, esquina da Av. de Roma depara com uma enorme confusão de trânsito resultante da utilização desordenada dos lugares, por parte dos taxistas. Sem respeito pelos outros veículos, ocupam o espaço da paragem para "cargas e descargas", estacionam em segunda fila e, assim, prejudicam o fluir do trânsito. -----

----- Assim, a A.M.L. reunida em 17/05/05 recomenda à C.M.L. que determine aos serviços técnicos competentes que procedam às diligências necessárias para escolher uma nova localização para a praça de táxis ou exercer uma fiscalização rigorosa das condições da sua utilização depois de uma acção de sensibilização, junto dos taxistas para resolver esta questão.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PPM) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- Recomendação -----

----- “Quem se desloca ao Centro Comercial “El Corte Inglés” e precisa de estacionar o carro depara-se com uma rampa que, no mínimo, se pode considerar de difícil condução Parece-nos, à primeira vista, que não corresponderá às normas em vigor no aspecto de segurança. -----

----- Como estes casos, que bolem com a segurança colectiva, não podem ser tratados na base do “que parece” o Grupo Municipal do PPM da AM propõe que esta Assembleia aprove a seguinte: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 17/05/05: -----

----- 1 - recomenda à Câmara Municipal que transmita a esta Assembleia o parecer dos seus Serviços Técnicos sobre as condições de segurança das rampas de entrada e saída do parque de estacionamento do “El Corte Inglés”. -----

----- 2 - decide, também, que a esta recomendação seja publicada, na forma habitual, na imprensa diária.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PPM) -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Os últimos dias têm sido marcados no que concerne às questões políticas de Lisboa, por várias intervenções e entrevistas de anunciados candidatos à presidência da CML. -----

----- Uma das questões que tem marcado de forma evidente é o processo do Parque Mayer. -----

----- Afirma agora um dos candidatos “é um caso para o Ministério Público”, fim de citação. Lembrou-se agora este candidato anunciando-se independente, mas que é filiado no Movimento do Partido da Terra, e agora também integrado no BE, o caso não é para menos, mas só agora se fez luz nesta cabeça e de quem neste momento também o apoia. -----

----- Este arauto que aceita o apoio do BE na sua candidatura, esquece que aquele Partido também viabilizou nesta Assembleia um negócio inaceitável e fartamente lucrativo para os privados, que numa penada ganharam mais de 40 milhões de euros sem nada fazerem, sem contar com as mais-valias que vão obter com os terrenos da Feira Popular. -----

----- Tentando passar uma esponja por esse posicionamento político, surge agora o BE dando o dito por não dito, isto é, o que era muito bom passou para péssimo, dizendo-se levados ao engano, é uma desculpa de mau pagador. -----

----- Com verdade, e para que aqui fique mais uma vez bem salientado, porque é grande a nossa indignação, é preciso não esquecer que foram apenas o PCP e os Verdes, as únicas forças políticas que desde o início denunciaram esta negociata e tudo fizeram para o evitar e para não se cometer uma ilegalidade, a falta de Plano de Pormenor, antes de se concretizar qualquer operação. -----

----- Mas o caso não é só incómodo para o BE, também o é para o PS. -----



----- O mesmo candidato do BE, em entrevista dada ao Jornal Independente de 13 de Maio, vai ao cúmulo de equacionar e bem o candidato do PS, sobre a solução que tem para o Parque Mayer, um jardim (o mais caro jardim do mundo digo eu) e cito o senhor candidato, “mas como é possível aceitar a permuta de um terreno que vale milhões, Feira Popular, por um que não vale nada, Parque Mayer. Em termos económicos se o Parque Mayer for consignado em plano de urbanização como um jardim, perde todo o valor para a construção. Porque será que o PS aceita esta permuta? É só pela Bragaparkes? É por causa daquilo que as pessoas dizem: que a Bragaparkes é o financiador do PS? não estou a afirmar. Estou a questionar”. Fim de citação. -----

----- E eu pergunto a tal candidato, ou seja, também questiono se a Bragaparkes não é financiadora do BE, já que este também viabilizou esta permuta? -----

----- A história deste processo ainda terá muito para contar, mas a realidade é que até hoje nada foi feito e o que ficou até agora um casino que a cidade não precisava, um negócio de milhões para o proprietário, e a alienação de valioso património (os terrenos da Feira Popular), a destruição de um parque de diversões popular, que não sendo o melhor agora fica sem alternativa, e a extinção de dezenas de postos de trabalho e da sustentabilidade das famílias, de largas dezenas de feirantes que ficam privados do seu negócio e sem qualquer perspectiva de futuro. -----

----- O Parque Mayer lá está expectante e a degradar-se sem que se veja uma luz ao fundo do túnel, tal como foi constatado pela visita que esta Assembleia realizou no passado dia 12. -----

----- Uma outra notícia recente que gostaria de não deixar passar, trata-se de uma anunciada cedência de terrenos ao Belenenses, na envolvente Norte do Estádio do Restelo, terrenos esses na posse da EPUL, afim de viabilizar uma urbanização para o clube por suposta compensação relativa aos terrenos na encosta Sul, cujo projecto de urbanização, o IPPAR inviabilizou e que pelos visto continuarão na posse do clube. ---

----- Porque se trata de uma alienação do património municipal, fazendo fé no que tem sido veiculado pela comunicação social, estamos a falar de mais uma ilegalidade deste Executivo, dado que nenhum Presidente de Câmara tem poderes de alienação do Património. Isso cabe ao órgão legítimo para o fazer, que é a Assembleia Municipal. --

----- O Senhor Vice-Presidente que nos esclareça sobre este assunto. -----

----- Como por várias vezes afirmamos, o PCP fez ao longo dos 3 últimos anos, fez uma oposição responsável e coerente com o seu passado de longa história. -----

----- Procurando trabalhar e apoiar tudo o que de benéfico é para as populações, e recusar opondo-se a tudo o que não é do interesse para estas e para a cidade, mesmo que isso o colocasse, por vezes, isolado nas votações das restantes forças políticas desta Assembleia. -----

----- Assim não viabilizamos propostas lesivas do interesse público municipal nem a desastrosa política da maioria de direita que governa o Município neste mandato. -----

----- Fica pois muito claro, quem nesta Assembleia fez fretes à direita e decerto que não foi o PCP.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um protesto, disse que a intervenção do Deputado Municipal Martinho Baptista atingira as raias do intolerável. O PS tem um adversário na Cidade de Lisboa que é a direita, não é o PCP, mas aquilo que o Deputado Municipal Martinho Baptista disse era de tal modo grave que iria ter que o provar. -----

----- De facto, o PCP tinha o descaramento de ir ali fazer declarações insidiosas, ainda por cima sob a capa “é o que dizem”, a capa cobarde da não assunção das responsabilidades, quando se esqueciam que viabilizaram ali uma permuta, há um ano atrás, com condições bem piores para a Câmara Municipal de Lisboa, onde nem sequer estava consagrado o princípio da hasta pública. Mas agora, por razões meramente eleitoralistas, por razões de combate político à esquerda – pensava o PCP à esquerda – o Deputado Municipal Martinho Baptista vinha ali fazer acusações que, com toda a sinceridade, teria que provar. De facto, aquilo que o Deputado Municipal Martinho Baptista ali fez hoje não dignificava o PCP, não o dignificava a si pessoalmente, nem dignificava a Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, em contraprotesto, disse que o protesto não foi um protesto nem tinha a ver com o conteúdo daquilo que afirmara, porque aquilo disse não foi cobardemente colocado, era o que constava da comunicação social e, aí sim, se não era verdade o PS deveria protestar e denunciar essa situação. -----

----- Portanto, não foi o PCP que o disse, estava na comunicação social e era ao PS que caberia provar o contrário. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver com as quintas das Conchas e dos Lilases. Essas quintas foram adquiridas em 14 de Fevereiro de 1966, à Família Mantero, pela Câmara Municipal de Lisboa, então presidida pelo Sr. General França Borges, e desde essa data até ao presente muitas intervenções houve no sentido daquele espaço ser destinado a lazer da população do Lumiar e da Cidade de Lisboa. -----

----- Trata-se de um espaço que tem 26 hectares, emblemático da Freguesia do Lumiar, que mercê da actuação, ao longo dos tempos, da população, Junta e Assembleia de Freguesia, Assembleia e Câmara Municipal, foi possível chegar a um projecto de requalificação, hoje em vias de concretização total. Sem dúvida uma das principais obras realizadas em Lisboa, no domínio dos espaços verdes. -----

----- Referiu que era de salientar que no Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, aprovado pela Assembleia Municipal em Julho de 1996 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros de 1998, fazia parte um arruamento, designado por Rua Um, que atravessava a Quinta das Conchas, a qual, depois de diversas intervenções da população e dos órgãos do Poder Local, veio a ser eliminada por proposta da Câmara Municipal, de Janeiro de 2003, aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal em 4 de Fevereiro do mesmo ano. -----

----- Em 3 de Fevereiro de 2004, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, afirmou na Assembleia Municipal que a requalificação das

quintas das Conchas e dos Lilases iria ter início, promessa que com muito agrado registava ter sido cumprida. -----

----- Efectivamente, no dia 12 de Maio de 2005 foi finalmente inaugurada a requalificação da Nave Central da Quinta das Conchas, um novo espaço verde no coração do Lumiar, com a presença do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, do Sr. Vice-Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, do Sr. Vereador do Espaço Público, Dr. António Monteiro, da Sra. Vereadora dos Espaços Verdes, Dra. Eduarda Napoleão, vogais da Junta e de funcionários municipais, representantes dos partidos com assento na Assembleia de Freguesia e muita população. Esta era a primeira etapa da requalificação das quintas, que culminaria, dentro de poucos meses, com a abertura ao público da Quinta dos Lilases, cujo reparo se iria iniciar brevemente. -----

----- Por isso, como Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, não podia deixar hoje de agradecer e salientar a excelente intervenção efectuada pela Câmara Municipal na Quinta das Conchas, em benefício da população do Lumiar e da Cidade de Lisboa, e registar o empenho dos actuais Presidente e Vice-Presidente da Câmara para que essa obra fosse levada a bom termo, sendo que era também de toda a justiça salientar a intervenção da população, Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, e a competência técnica revelada na execução do projecto pela Direcção Municipal de Ambiente Urbano, deixando na cidade, no início do século XXI, uma obra de referência para a população actual e gerações futuras. -----

----- Finalizou aconselhando os Deputados Municipais a visitar esse espaço verde, que era efectivamente um espaço de qualidade, um espaço verdadeiramente europeu. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que uma primeira nota era para salientar a posição do PS no que respeitava às moções apresentadas, começando então por referir que iriam votar favoravelmente a Moção n.º 1 apresentada pelo BE, Moção essa que tanta preocupação estava a causar ao PCP sem que percebessem porquê, e por uma razão simples: porque entendiam que o acordo que a Assembleia Municipal ali fez com o Executivo não estava a ser cumprido, e assim sendo era óbvio e natural que estavam perfeitamente à-vontade para votar essa Moção. -----

----- E quando diziam que não percebiam os pruridos que isso estava a causar ao PCP, era porque o PCP demonstrava que tinha uma única preocupação, a preocupação do jogo da esquerda. E o PS não queria entrar nesse jogo! O PS tinha outra preocupação que era a Cidade de Lisboa, e queriam, obviamente, construir uma nova alternativa para a cidade porque tinham a perfeita consciência que a situação actual não estava bem. A Cidade de Lisboa estava a ser mal governada e do ponto de vista do PS isso passaria por uma alternativa diferente, obviamente liderada e encabeçada pelo PS. E não os preocupavam guerras e querelas entre quem tinha mais ou menos peso. -----

----- Aliás parecia que o PCP queria justificar, em plena Assembleia Municipal de Lisboa, o facto de ter rompido as negociações para uma coligação com o PS e com o BE. -----

----- A vários apartes respondeu que as verdades custavam muito a ouvir. Mas ia repetir o que disse: parecia que a preocupação do PCP era explicar à Assembleia Municipal de Lisboa a razão pela qual rompera as negociações com o PS ... -----

----- A um novo aparte respondeu: “mentiroso é V. Exa.” e depois, prosseguindo, disse que efectivamente o PCP rompera as negociações com o PS e com BE para uma nova coligação na cidade. -----

----- Mas era evidente que as razões do PCP não eram as razões do PS, portanto não estavam preocupados com elas. Agora, estavam preocupados com o comportamento! -

----- E o Deputado Municipal Martinho Baptista teve ali hoje um comportamento inaceitável e irresponsável, pelo qual o PS iria responsabilizá-lo exactamente porque, como já disseram várias vezes ali, em política não valia tudo. O PS respeitava muito a forma como faziam política e pensavam que toda a gente na Assembleia tinha a mesma postura, mas isso não era verdade. -----

----- Portanto, desde já pedia, formalmente e fã-lo-ia posteriormente por escrito, que o mais urgente possível tivessem um extracto desta acta porque tencionavam agir judicialmente contra o Sr. Deputado Municipal Martinho Baptista, porque era evidente que ele iria ter que provar, no local próprio, as insinuações torpes que produzira, que procurara justificar com o diz que disse, que manifestamente era uma postura inaceitável. O PS estava perfeitamente à-vontade, e exactamente por estar à-vontade é que queria que tudo se esclarecesse. -----

----- E era justamente porque estavam à-vontade que iriam votar a favor da Moção n.º 1, do BE! Se calhar o PCP não votava, mas aí o problema era do PCP e não do PS. ----

----- Do ponto de vista do PS a cidade tinha outras razões, tinha outras preocupações que não passavam por estas querelas, querelas que não a enobreciam, querelas que manifestamente não tinham a ver com aquilo que era o essencial. -----

----- A postura e a preocupação do PS era de outra índole, e portanto desejava também dizer que iriam votar favoravelmente a Moção n.º 5 que ia no sentido da Câmara isentar as colectividades do pagamento da taxa de ruído, porquanto era um problema que estava a ser muito preocupante para as colectividades e que estava a cair agora relacionado com anos transactos. Do ponto de vista do PS era uma questão preocupante, sobretudo porque todos sentiam, e era ali referido várias vezes, o papel importante que as colectividades tinham naquilo que eram os festejos populares durante o mês de Junho. Manifestamente a cidade devia muito a essas colectividades pelo que não podiam ter a postura de em 2005 estarem a pedir taxas de 2001, 2002 e 2003. -----

----- Esta era uma situação para a qual apelavam à compreensão da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente ao Sr. Vereador Moreira Marques que tinha a responsabilidade dessa matéria. Parecia ao PS que era preciso ter aí algum cuidado, alguma atenção especial, e manifestamente o PS votaria essa Moção porque lhes parecia que ela tocava naquilo que era fundamental e essencial, que era o movimento associativo contribuir para a vida na Cidade de Lisboa. E não podiam apelar à participação do movimento associativo e depois estrangular a vida do movimento associativo. -----

----- Era uma situação complicada, era uma situação perversa, sobretudo numa altura em que as colectividades viviam momentos de grandes dificuldades e a Câmara Municipal de Lisboa tinha responsabilidades nessa matéria. -----

----- Portanto, votariam favoravelmente e, para além de votarem favoravelmente, queriam muito pedir que a Câmara se envolvesse na resolução deste problema que era dramático para a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE apresentou uma Moção sobre o Parque Mayer em coerência com aquilo que assumiu na reunião da Assembleia Municipal realizada do dia 1 de Março. -----

----- Nessa reunião, a Câmara Municipal, através do seu Presidente na altura e actual Vice-Presidente, apresentara uma proposta na Assembleia Municipal, depois deste órgão ter tido a coragem, a honra e a verticalidade de chumbar, quase por unanimidade, a proposta da manigância do Dr. Pedro Santana Lopes, curiosamente, agora sabia-se bem, com o Banco Espírito Santo. Era curioso que o Banco Espírito Santo vinha sempre ao “barulho” nestas coisas! Saberá Deus porquê! -----

----- E como a Assembleia Municipal teve a coragem de chumbar essa proposta do fundo imobiliário do Dr. Pedro Santana Lopes, nessa tal reunião apareceu uma nova proposta para o Parque Mayer, apresentada pelo então Presidente, Prof. Carmona Rodrigues, e o BE disse nessa altura, com toda a clareza, que essa não era a proposta do BE. Isso, porque as actas agora já estavam *on line* na Internet, poderia ser visto por quem quisesse ver! -----

----- Mas disseram que se a Assembleia tinha viabilizado uma proposta anterior pior do que esta, para dar o benefício da dúvida à Câmara Municipal e para que não pudesse o Prof. Carmona Rodrigues, na sua candidatura à Câmara Municipal, poder vir a dizer que a posição da oposição na Assembleia Municipal era contra tudo e contra todos, então votariam a proposta mas poriam condicionantes para que o negócio fosse transparente. -----

----- E puseram, então, quatro condicionantes na Assembleia, que foram aceites, quer pela Assembleia ao aprovar essas quatro condicionantes, quer pela Câmara Municipal ao dizer que estava de acordo com elas. Essa reunião da Assembleia realizou-se no dia 1 de Março, estavam agora em meados de Maio e nenhuma das quatro condicionantes foi cumprida, pelo contrário elas estavam a ser desrespeitadas por anúncios que eram públicos e notórios. -----

----- Lembrou que estava neste momento em inquérito um loteamento para os terrenos da Feira Popular, sobre esse loteamento requereu, por carta escrita ao Sr. Presidente da Câmara há cerca de oito dias e ainda não obteve resposta, que fosse informado qual foi o concurso público que a Câmara traçou para proceder a um loteamento de um terreno municipal num gabinete privado de arquitectos. Se fosse um terreno privado qualquer proprietário poderia escolher o arquitecto que quisesse, mas num terreno municipal o BE considerava que só através de concurso público. -----

----- Como era sabido os terrenos da Feira Popular, dentro do espírito daquilo que ali foi aprovado, estavam divididos em dois: um para permuta com a Bragaparkes e outro que seria para a hasta pública, mas, curiosamente, o loteamento não era dos

terrenos da hasta pública, o loteamento era só um para os dois terrenos. Ou seja, condicionava-se a hasta pública porque quem lá fosse para adquirir os terrenos que não fossem permutados com a Bragaparques ficaria com os terrenos condicionados ao loteamento da outra zona. -----

----- Por outro lado, quem fazia esse loteamento era a empresa de architectos Valsassina, que, curiosamente, era quem trabalhava para a Bragaparques, para cuja empresa fez o centro comercial de Braga, a Urbeminho, etc. Isto apesar de ainda não ter recebido resposta à tal carta que pessoalmente entregara ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- Foi também ali dito no dia 1 de Março que dentro de 15 dias a Assembleia Municipal teria em seu poder toda a informação sobre os compromissos assumidos com o Arqtº Frank Ghery ou com qualquer empresa que o representasse, mas passados mais de dois meses não tinham qualquer informação, nem oral, nem escrita, nem o tal *dossier* que lhes foi prometido. -----

----- Portanto, apresentaram esta Moção para dizer que não podia ser assim. Deram o benefício da dúvida à Câmara para que ela não dissesse que a oposição a impedia de trabalhar, mas o facto era que ela não queria cumprir nada daquilo que aprovaram na Assembleia. -----

----- Podia vir agora o PCP dizer aquilo que quisesse. Tinha o maior respeito pelo Deputado Municipal Martinho Baptista, independentemente de ele não o ter por si, mas desejava dizer-lhe que o BE não ia nesse jogo, para esse peditório já tinham dado. Não estavam ali em luta contra o PCP, estavam ali para derrotar a governação de direita no Município de Lisboa, era esse o objectivo e daí não os tiravam. E o que iriam ter nas próximas eleições, isso ficaria claro, é que o BE tomou uma atitude política, táctica, madura, sensata e ponderada ao dizer que não estavam ali para inviabilizar nada. -----

----- Se queriam recuperar o Parque Mayer, muito bem, que viesse o Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e zonas envolventes. Esse plano já veio? -----

----- Se queriam recuperar a Feira Popular, muito bem, que viesse o plano de cércas como estava escrito e prometido pela Câmara. Esse plano já veio? -----

----- Se queriam ter um projecto de envergadura, muito bem, que dissessem quem era o architecto e quais foram os acordos com esse mesmo architecto. -----

----- Continuando, disse que queria denunciar uma chantagem que a Câmara Municipal estava a fazer com os feirantes da Feira Popular, que não tinham culpa das embirrices do Dr. Pedro Santana Lopes que um dia se levantou e resolveu mandar fechar a Feira Popular, e agora dizia a esses mesmos feirantes que só depois da hasta pública assinava as indemnizações que lhe eram devidas. Os feirantes da Feira Popular não tinha nada a ver com os negócios da Câmara, eles eram os principais prejudicados por esses actos, ousados e tresloucados, do Dr. Pedro Santana Lopes que um dia queria uma notícia para a comunicação social e inventara fechar a Feira Popular sem se preocupar com aqueles que ali ganhavam a vida. -----

----- Por fim, disse que era preciso que ficasse claro que ninguém os levaria para outros bailes, dançavam nesta dança que ia haver apenas com um objectivo: Lisboa

precisava de ter outra governação porque esta era o descalabro. Só sobre isso falariam, quem quisesse que apresentasse propostas melhores e aí o eleitorado decidiria. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, aludindo às moções apresentadas começou por se referir à n.º 3, apresentada pelo PEV, que dizia respeito à recolha de jornais de distribuição gratuita para posterior reciclagem. Todos já sentiram a necessidade, sobretudo aqueles que mais utilizavam os transportes públicos, de arranjar um destino para tanta quantidade de papel, e um destino que não fosse a deposição em aterros juntamente com os restantes resíduos sólidos urbanos, pelo que esta Moção era uma tentativa não só para poupar umas boas centenas de árvores como para reduzir a quantidade de resíduos diariamente produzidos na Cidade de Lisboa, com tudo o que isso implicava. -----

----- Sabiam que tanto os jornais de distribuição gratuita, como a Fertagus e os outros operadores de transportes eram sensíveis a esta problema, o que naturalmente facilitava a concretização desta Moção/recomendação. -----

----- Relativamente à Moção n.º 2, apresentada pelo BE, sobre a mobilidade alternativa e as ciclovias, cuja apresentação saudavam, disse que aproveitava para recordar o que sobre essa matéria o PEV já apresentou várias moções/recomendações, que a Assembleia aprovou, sem que, contudo, soubessem o seguimento que tiveram por parte da Câmara Municipal: -----

----- Em Fevereiro de 2001 uma recomendação que foi aprovada, por unanimidade, que pretendia assegurar um espaço reservado e gratuito para estacionamento de bicicletas nos parques de estacionamento subterrâneo; em Junho de 2002, também aprovada por unanimidade, a implementação de uma ciclovia entre a praia de Algés e a foz do Trancão; uma recomendação em Setembro de 2001, igualmente aprovada por unanimidade, que pretendia que a Câmara contactasse os diversos operadores de transporte público para a disponibilização de um espaço próprio e seguro para o estacionamento de bicicletas nos átrios das estações; uma moção, também aprovada por unanimidade, com vista à conclusão atempada do eixo pedonal na Alta de Lisboa de uma pista ciclável; e, por fim, uma recomendação em 2003 que visava a participação de Lisboa nas iniciativas de sensibilização e preparação para a mobilidade alternativa e saudável. Sobre essas moções/recomendações não sabiam que seguimento tiveram por parte da Câmara. -----

----- Isto para já não falar da ciclovia Telheiras – Entrecampos, que já várias vezes ali questionara e que também várias vezes lhe foi dito que ia ser resolvido. Aliás, foi até dito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara que o Sporting se comprometera a repor a ciclovia, o que não lhes disse foi quando e o resultado estava à vista porque a pista continuava sem ser requalificada. -----

----- Sobre a Moção n.º 1, também apresentada pelo BE, o PEV desde já requeria que a votação dos pontos fosse feita separadamente, porque estavam de acordo com os pontos 1 e 2, mas tinham alguma dificuldade em votar o ponto 3. O PEV estava de acordo com o ponto 1 porque pretendia censurar politicamente a Câmara por não respeitar os compromissos que assumia com a Assembleia, estavam de acordo que se contestasse qualquer acto camarário que não cumprisse o aprovado na Assembleia

Municipal, o que tinham era dificuldade em retirar um apoio que não deram. Portanto, votariam favoravelmente os pontos 1 e 2, e abster-se-ão no ponto 3. Aliás, esse ponto 3 só podia ter como destinatários os partidos que suportavam a Câmara, o PS e o BE. -

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que na parte inicial da reunião foram brindados com alguma matéria que lhe fez lembrar intervenções que ele próprio fez no mandato anterior, quando a coligação de esquerda governava a cidade, em que várias vezes referira que estavam em presença de um regime de divórcio de comunhão de bens. E realmente mantinha-se! Agora não havia bens para distribuir entre as partes, mas mantinha-se naturalmente o divórcio entre as duas forças preponderantes, ao tempo, da esquerda em Lisboa. -----

----- E esta era, pelos vistos, a alternativa que pretendiam apresentar para a Cidade de Lisboa. Naturalmente esse não era o campeonato do PSD, a opção do PSD seria feita noutra via e com outra postura de intervenção, como, aliás, tiveram oportunidade de aprofundar nessa matéria. -----

----- Portanto deixava este registo político daquilo que foi, e que seria nos tempos mais próximos, a intervenção da dita esquerda para a gestão da Cidade de Lisboa. -----

----- Passando às moções, disse que estava à espera, a propósito do Parque Mayer, de ver ali uma Moção de apoio ou de transformação do projecto num jardim com vista a criar mais um espaço verde para a cidade, como foi público e notório numa das intervenções de um candidato à presidência da Câmara de Lisboa, e não propriamente a Moção que foi apresentada. Era certo que ela era do BE, mas que o PS não lhe desse o seu apoio porque precisamente a queria transformar num apoio algo verde. Naturalmente o Deputado Municipal Dias Baptista acompanhou a visita que fizeram ao Parque Mayer, que certamente potenciou um outro entendimento da matéria, e por esse facto não teria subscrito uma Moção de jardim após a auscultação no terreno da dinâmica do Parque Mayer. -----

----- Sobre a globalidade das moções disse que algumas delas mereciam o apoio do PSD porque se prendiam com matérias ambientais, nomeadamente a reciclagem de jornais, as pistas cicláveis, etc. Mas havia uma Moção sobre a qual tinham algumas dúvidas, concretamente a n.º 4, apresentada pelo PCP, na medida em que lhes parecia que parte do problema já estava resolvido pela Câmara Municipal, que era o fecho do acesso da rotunda das Olaias. -----

----- E em relação à Moção n.º 5, igualmente apresentada pelo PCP, também apelavam à Câmara Municipal que tivesse alguma atenção relativamente à matéria nela versada, porque realmente parecia-lhes que a tradição popular, circunscrita ao mês de Junho, deveria merecer de facto uma atenção de isenção em relação às taxas a cobrar para os respectivos arraiais populares, que efectivamente davam um grande dinamismo a Lisboa. -----

----- Portanto, essa Moção mereceria o apoio do PSD, desde que fosse entendida aquela parte do considerando como circunscrita ao mês de Junho, já que na parte deliberativa isso não era de todo claro. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ouviu atentamente a intervenção do Deputado Municipal



Pedro Portugal, como fazia sempre, e gostava de lhe dizer o seguinte. Era evidente que o PS não apresentou nenhuma Moção para transformar o Parque Mayer num jardim, visto que isso faria parte de uma proposta de propositura da campanha do Prof. Manuel Maria Carrilho e do Partido Socialista. -----

----- Mas, já agora, uma vez que o Deputado Municipal Pedro Portugal levantara a questão e procurara saber da incomodidade do PS, dizia que não havia incomodidade nenhuma. Pelo contrário! O PS entendia que era uma boa solução para a Cidade de Lisboa. -----

----- Como muito bem foi referenciado esteve no Parque Mayer aquando da visita da delegação da Assembleia Municipal, como esteve também na visita com o Prof. Manuel Maria Carrilho, e realmente foi com prazer que viu o anúncio ser feito porque, manifestamente, aquilo que Lisboa necessitava, como todos vinham dizendo há muito tempo, era uma mudança de paradigma. Havia, nitidamente, um excesso de construção nova na Cidade de Lisboa, pelo que mais espaço verde seria bem-vindo para a cidade, sobretudo se concilhassem espaço verde com a cultura, o que também fazia parte da proposta do Prof. Manuel Maria Carrilho. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que as inúmeras questões que têm vindo a ser ali colocadas à Câmara pela sua Junta, e poderia enumerar uma séria delas, sistematicamente não eram respondidas, quer na Assembleia Municipal, quer directamente para a Junta de Freguesia. -----

----- Para as habitações municipais do Bairro da Quinta do Ourives, as intervenções da Câmara em termos do anúncio ou lançamento de empreitadas eram sucessivamente adiadas, já iam no sexto ano consecutivo, e a Junta gostaria de saber, de uma vez por todas, qual era a situação dessas empreitadas, quando seria que a Câmara concretizava essas empreitadas para as obras nesse bairro tão carenciado. -----

----- Uma outra questão que também já colocou, e que foi apreciada pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador Moreira Marques, tinha a ver com o facto das ruas do mesmo bairro se encontrarem totalmente esburacadas, sem que existisse por parte da Câmara qualquer intervenção. -----

----- Igualmente a questão dos balneários da Rua Gualdim Pais já foi por si colocada e ainda não obteve resposta, pelo que novamente perguntava para quando a resolução desse problema, porquanto tinham enormes gastos para manter o balneário em funcionamento. Era necessário que houvesse uma rápida intervenção da Câmara para que esse problema fosse solucionado, porque, ao contrário de muitos locais da cidade, no Beato os balneários públicos ainda eram necessários. -----

----- Relativamente às moções apresentadas, disse que a n.º 1, ao contrário do que ali já foi dito, o PCP iria votá-la a favor, apesar de entenderem que ela partia de pressupostos errados dado que a matéria a que um ponto se referia não foi aprovada pelo PCP, que na altura votou contra. Mas, como disse, votariam a favor porque entendiam que qualquer medida que fosse para interromper o processo que vinha sendo desenvolvido no Parque Mayer era sempre bem apresentada. -----

----- Por outro lado, a Câmara já provara que não cumpria nenhuma recomendação da Assembleia Municipal. Bastava ver, por exemplo, a recomendação apresentada pelo PS aquando da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para que as Juntas de Freguesia fossem reforçadas com mais um milhão de euros, pois tanto quanto sabiam a Câmara não cumprira, como não cumprira nenhuma recomendação aprovada pela Assembleia. -----

----- Por isso, dar o benefício da dúvida à Câmara era estar a viabilizar coisas que mais tarde viam que não eram cumpridas. -----

----- A Moção n.º 2, sobre a pista ciclável, o PCP iria votar a favor, assim como a n.º 3 relativa à reciclagem dos jornais distribuídos gratuitamente, e quanto à Moção n.º 4, referente à rotunda das Olaias, disse – referindo-se ao que foi dito pelo Deputado Municipal Pedro Portugal – que o problema não estava resolvido, porque se estivesse resolvido o PCP não o teria trazido agora nem os moradores da Picheleira viriam à Assembleia Municipal colocar o problema. É que, de facto, existia falta de informação para que soubessem o que efectivamente estava planeado para ali. Se apresentavam a ideia de construção de qualquer lote, não estavam de acordo! Era verdade que a via estava aberta, mas não era só isso que interessava, o que interessava era trazer para ali a praça de táxis e a reformulação daquele espaço sem a construção de qualquer lote. --

----- Quanto à Moção referente à rampa do Corte Inglês disse que iam votar a favor, e quanto à relativa às taxas de ruído lembrou que quando foi apresentada a proposta de Orçamento o PCP propôs que as instituições de solidariedade social sem fins lucrativos não constassem como associações a pagar taxas à Câmara. Nessa altura o PCP esteve sozinho e hoje verificavam que a Câmara não teve em conta essas instituições que desenvolviam a cultura popular, animavam os bairros e a cidade, e mais uma vez se lhes estava a aplicar uma taxa sobre ruídos, com retroactivos a 2002, pelo que possivelmente não haveria nenhum arraial na cidade se a Câmara não arripasse caminho em relação a esse processo. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Estorninho (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com a questão da rotunda das Olaias, que também pertencia à sua freguesia, e os problemas que se passavam naquela zona, mais propriamente no Largo Honório Barreto, largo por muitos desconhecido que se encontra na confluência das freguesias do Beato com o Alto do Pina, onde precisamente no meio estava implantada uma praça de táxis. Era tempo de acabarem com as praças de táxis que se encontravam no meio das rotundas na Cidade de Lisboa, pelo que foi bom transferir-se a praça de táxis que estava no Largo Honório Barreto para a frente do Centro das Olaias. Lá estava muito bem porque era uma área onde os táxis tinham muito espaço. -----

----- Aquele largo estava em transformação, reconhecia que a transformação era lenta e que deveriam ser encontradas soluções urgentes para resolver os problemas até porque as pessoas que vinham do Beato tinham dificuldades de acesso naquela zona. -

----- Lembrou que a Av. Afonso Costa estava esburacada há seis anos e que o Alto do Pina era muito prejudicado com isso, como também tem sido muito prejudicado com o trânsito que vinha do Beato. O trânsito que vinha do Beato tinha que ir pela Rua

Veríssimo Sarmento, que deveria ser uma rua de trânsito local, quando deveria vir pela rua Cristóvão Falcão virando aí à esquerda para a Rua Barão de Sabrosa. Portanto, na sua opinião, o trânsito proveniente do Beato não deveria prejudicar a Freguesia do Alto do Pina. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o orador anterior referiu que a praça de táxis estava no local certo, mas com certeza não tinha em conta que as pessoas que vinham do lado da Calçada da Picheleira e necessitavam de apanhar um táxi eram obrigadas a atravessar três passagens de peões para chegar à praça de táxis. E muitas vezes as pessoas que mais necessitavam, porque na Picheleira não existiam transportes de circulação no bairro, eram pessoas idosas que iam para o centro de saúde, que muitas vezes caminhavam agarradas uma à outra para não caírem correndo o risco de serem as duas atropeladas em conjunto. -----

----- Em relação à questão do Largo Honório Barreto, com ligação à Rua Aquiles Machado, e à Rua Arantes de Oliveira, disse que para aquele espaço o que queriam saber era se a Câmara pretendia lá construir algum lote. Era isso que queriam saber, e com carácter de urgência, porque era necessário que a população se tranquilizasse em relação a esse processo. -----

----- Portanto, a pergunta concreta era se conhecia este problema e se estava sensibilizado para ele. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Estorninho (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Joaquim Cunha certamente não saberia mas ele teve conhecimento que existia um plano do Departamento de Trânsito da Câmara Municipal de Lisboa para aquele local. Portanto, não poderiam continuar a atravessar a Rua Arantes de Oliveira da forma como faziam onde havia acidentes todos os dias. Era verdade, e o Deputado Municipal Joaquim Cunha sabia, que para o trânsito que vinha da Rua João Nascimento Costa e da Calçada da Picheleira para atravessar a Rua Arantes de Oliveira e se dirigir para aquela rua que atalhava para a Av. Afonso Costa, era muito perigoso e havia acidentes diariamente. -----

----- Foi feita uma Moção pelo PCP, que foi aprovada por unanimidade, no sentido de alertar a Câmara para essa situação. Soube, particularmente, que o assunto foi tratado pelo Presidente da Câmara da altura, agora Vice-Presidente, que interveio no sentido de tentar repor as coisas, porque a partir dessa intervenção voltou-se novamente a abrir aquela passagem de acesso ao Beato, que era muito mais complicado do que era agora. -----

----- E também lhe foi dito que essas dificuldades da rotunda das Olaias advieram de um despacho do Vereador Vasco Franco, quando ainda estava no poder no anterior mandato, porque foi exactamente no tempo dele que a Câmara aprovara fazer uma alienação para construção naquele espaço. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que no passado dia 12 de Maio ocorrera em Lisboa um acontecimento feliz para todos, eleitos e população, que foi a inauguração e abertura ao público do Parque da Quinta das

Conchas. Que se louvassem os critérios de ordenamento daquele espaço. Destinava-se, a Quinta das Conchas, ao recreio activo com o mínimo de transformação das condições naturais, esperava-se que a Quinta dos Lilases assumisse a sua vocação intimista, romântica, e a mata fosse um exemplo do tratamento naturalista do conjunto. -----

----- Nos discursos inaugurais, certamente por imposição do tempo, só o Deputado Municipal Nuno Roque, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar se referiu ao papel que a Assembleia Municipal de Lisboa desempenhara no eco das aspirações da população. E tinha que referir, ainda, que teve a honra de representar o Sr. Presidente da Assembleia naquela cerimónia. Justificava-se que manifestassem orgulho, que todos poderiam ter, pela acção da Assembleia Municipal no processo de salvaguarda das quintas. -----

----- Foi também certamente por imposição do tempo que não foi recordada a acção do Prof. Catarino, à data Director do Jardim Botânico de Lisboa, e que perante aquilo gesto simbólico que a população teve, em que tiveram o gosto de participar, de acarretar tijolos e fazer um muro que simbolicamente impedia a entrada do betão na quinta, fez-lhes uma lição extraordinária de amor pela natureza perante duas árvores centenárias derrubadas que não foi possível salvar. -----

----- Bem-hajam, pois, todos os que contribuíram para que a Cidade de Lisboa tivesse um belo espaço verde, e que não faltasse ânimo para prosseguir, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Santo Condestável, disse que no dia 8 de Março levantou ali a questão do Cinema Europa, face a notícias que entretanto vieram a lume quanto à possível demolição daquele espaço. -----

----- Em 12 de Abril, também na Assembleia Municipal, na sequência da intervenção no período destinado ao público, por um dos membros do SOS Europa, voltou a questionar também a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão e porque as informações transmitidas pela Sra. Vereadora, quer pelo seu conteúdo, quer pela forma, lhes pareceram pouco convincentes, mandaram-lhe um ofício solicitando uma reunião com carácter de urgência para poderem ser devidamente informados sobre a matéria, conhecedores que eram também da posição do actual proprietário. -----

----- E porque até à presente data a Sra. Vereadora ainda não se disponibilizara para os receber e conseqüentemente para os informar, voltavam a apelar para que fossem recebidos para serem esclarecidos. E diria mais: na qualidade de Presidente de Junta exigia à Sra. Vereadora que os recebesse e os informasse. -----

----- Disse, a terminar, que o PCP iria votar favoravelmente a recomendação apresentada pelo BE sobre a questão que acabava de referir. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, começou por aludir à questão colocada pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, no período destinado à intervenção do público, sobre a mudança de instalações dos trabalhadores do serviço de Medicina no Trabalho, dizendo que esse problema tem sido levantado pelos trabalhadores e também pelo PCP, porque havia compromissos que foram assumidos pela Câmara Municipal com os

trabalhadores relativamente à mudança dos serviços para determinadas instalações, e esses compromissos foram abandonados apontando-se agora outra solução, o que não deveria acontecer sem que os trabalhadores fossem ouvidos e tidas em conta outras alternativas. Apelava à Câmara que de forma correcta lidasse com este problema tendo em conta aquilo que os trabalhadores pretendiam. -----

----- Depois, sobre o que foi dito pelo PS em resposta à sua intervenção inicial, disse que teriam que ler de forma correcta aquilo que realmente disse, porque os problemas foram colocados de forma correcta e respeitosa. O PCP discutia as questões com argumentos políticos, o PS se não as queria discutir dessa maneira é que estava mal. ---  
----- Mas quem não devia não temia, e o PCP não tinha problema nenhum em relação a isso. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Martinho Baptista referiu que apresentara as questões de uma forma correcta, quando, efectivamente, era o primeiro a sabê-lo que não foi assim porque realmente não o fez de uma maneira correcta. -----

----- Por outro lado, disse que eram questão de ordem política quando na verdade não eram porque aquilo que fez foi apenas e tão só lançar boatos e atoardas. Era a mais baixa forma de fazer política que conhecia. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não ia repetir aquilo que tinha referido, nem tinha que o fazer, mas reiterava que aquilo que tem vindo à Assembleia durante todo este mandato era aquilo que era a discussão política em torno das matérias com os posicionamentos políticos dos vários partidos. Era nessa base que discutiam e não mais que isso. -----

----- Portanto, os argumentos que agora se apresentavam era para procurar justificar de outra forma os posicionamentos que já tiveram na Assembleia, e quanto a isso reiterava o que anteriormente disse. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que já enviou um fax e fez um officio à Câmara porque estavam a decorrer obras na Praça de Camões, junto de um edifício que iria ser o chamado hotel do Bairro Alto, havia reclamação de alguns moradores que estariam a ocupar uma faixa para estacionamento privativo do referido hotel, e quem conhecia bem o Largo de Camões sabia que se houvesse ali algum estrangulamento todo o trânsito que vinha do Cais do Sodré e tinha que passar para a Rua do Loreto e Calçada do Combro ficaria um caos. -----

----- Obviamente entendiam que houvesse ali a possibilidade de cargas e descargas e deixar passageiros, porque, de resto, o hotel quando quis ali instalar-se sabia bem do condicionamento do trânsito no Bairro Alto. Há ali um parque de estacionamento privado, o parque de Camões, e, portanto, se o hotel queria estacionamento privado para os seus clientes só havia uma solução que era adquirir lugares nesse parque. Assim ficaria bem a circulação automóvel e não haveria mais reclamações, quer por parte dos moradores, quer por parte daqueles que queriam fruir aquela zona. -----

----- Portanto, a questão que colocava era se a Câmara tinha autorizado esse parque privativo, e se sempre iria acontecer que retiravam uma faixa de rodagem, numa zona que já era estreita, para estacionamento do hotel do Bairro Alto. -----

----- A freguesia não estava contra o hotel, antes pelo contrário preferiam ali o hotel do que como era antes um edifício de serviços mais ou menos abandonado. O que não entendiam era ali o estacionamento privativo retirando a capacidade de circulação automóvel, dos mini-BUS e do eléctrico 28. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que não conhecia o assunto que acabava de ser exposto mas tomara boa nota e iria providenciar desde já que tal não se verificasse, justamente porque, como foi bem dito, poderia constituir um problema de circulação na zona. -----

----- Depois referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques, na parte que dizia respeito à Moção que tinha a ver com o Parque Mayer, disse que nas quatro condições que foram referidas para votação na Assembleia Municipal relativamente ao compromisso da Câmara, pedia desculpa se se contradizia mas em duas delas poderia ter alguma razão e nas outras não. -----

----- Por exemplo, na Moção dizia-se: “O condicionamento de qualquer acção de recuperação do Parque Mayer à aprovação prévia do Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e zona envolvente”. Ora, isso não estava incumprido porque o do Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e zona envolvente foi entregue na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo no final do ano, e estavam a aguardar a sua tramitação administrativa normal que levava à sua aprovação. No entanto, não havia, objectivamente, nenhuma acção, nenhuma intenção, nenhum projecto para já de recuperação do Parque Mayer, porque, como era sabido, estava a ser tratado ainda do ponto de vista de regularização patrimonial da permuta, do loteamento da Feira Popular. Portanto, não havia ainda nenhum projecto concreto submetido para construção do Parque Mayer, pelo que não se podia dizer que esse ponto não estivesse a ser cumprido. -----

----- Ou seja, uma coisa era verdade que estava a ser cumprida: o PUALZE foi entregue, estava e decorrer a tramitação tendo em vista a sua aprovação, e o que era dito, e foi assumido, era que não seria viabilizada nenhuma acção concreta de recuperação do Parque Mayer enquanto esse plano não estivesse aprovado. -----

----- Por outro lado, na segunda alínea dizia-se: “O condicionamento de qualquer acção, ou autorização de construção, nos terrenos da Feira Popular à aprovação do plano de alinhamento e cêrceas da Av. da República.”. Isso também não estava incumprido, porque o plano de cêrceas estava em vias de ser terminado, e esperava que depois aprovado, por isso não havia nenhuma acção que pedisse sequer construção nos terrenos da Feira Popular. -----

----- Portanto, não estando incumprido, dava a sua palavra, que sabiam que a tinham, que era para cumprir. -----

----- Já relativamente à alínea c) da mesma Moção, onde se dizia que foi dito que no prazo de 15 dias seriam entregues todos os acordos com o Arqtº Frank Ghery ou com o gabinete que o representava, como se sabia isso foi solicitado à EPUL, iria envidar

os seus melhores esforços para que tal fosse cumprido, pese embora já terem passado os 15 dias. Pessoalmente só conhecia um contrato, que ao contrário do que tem passado na comunicação social não tinha segredos, era um contrato normal com um gabinete, no entanto faria com que isso fosse disponibilizado o mais rapidamente possível. -----

----- No entanto, ele só tinha por objecto os estudos que foram feitos até agora, não tinha por objecto nenhuns estudos futuros que foram sempre remetidos para uma fase posterior depois do entendimento que entretanto foi aprovado pela Assembleia com vista à viabilidade do projecto. -----

----- Por último, dizia-se na Moção que a Câmara finalizasse urgentemente o acordo que tinha com os feirantes da Feira Popular. Urgentemente tinha o significado que tinha, podia ser um dia ou um ano conforme a escala cosmológica em que estavam situados, no entanto era empenho da Câmara, e disse-o há pouco a um representante dos feirantes, que fosse o mais urgente possível. Estavam com grande fé que fosse o mais rapidamente, mas também o não podiam fazer, ou não o deviam fazer, sem que toda essa tramitação do Parque Mayer estivesse terminada. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que estava em inquérito público um loteamento na Feira Popular com uma planta que o pervertia porque se fazia um loteamento com os terrenos que se propunha entregar à Bragaparques ao mesmo nível do loteamento restante. Ou seja, um empreiteiro ou um imobiliário que quisesse ir aquele loteamento estava condicionado porque ele fazia parte do loteamento de outro terreno, já que era um loteamento único para dois terrenos, o que era permutado com a Bragaparques e aquele que a Câmara queria vender. -----

----- Por outro lado, o Sr. Vice-Presidente dizia que estava em curso o plano de cérceas, mas era evidente para qualquer pessoa, não era preciso ter curso superior sequer, para se pôr a seguinte pergunta: quanto valia o metro quadrado de terreno da Feira Popular se as cérceas apontassem que ali só se podiam construir prédios com seis andares, e quanto valeria o mesmo quadrado se as cérceas apontassem para 15 andares. E então caberia perguntar como poderia haver um loteamento se não estava isso definido. -----

----- Ou seja, quando condicionaram isso foi para dizer que se havia boa-fé da Câmara, ainda que não fosse a proposta do BE, já que inviabilizaram uma não queriam inviabilizar a outra e colocaram condições para que fosse tudo claro e transparente, e agora o que se dizia era que estava tudo em dia, mas não estava feito e sem estar feito consideravam que o negócio estava prejudicado. -----

----- Portanto, estava em vias mas não estava feito, pedia imensa desculpa mas não estava feito. Quando chegasse ali para votar, votariam, mas até lá! -----

----- Reiterou aquilo que havia dito inicialmente, isto é, que escreveu ao Sr. Presidente da Câmara perguntando quando foi feito o concurso para o loteamento de um terreno municipal, porque, como costumava dizer-se, à mulher de César não bastava sê-lo, era preciso também parecê-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, pediu ao Sr. Vice-Presidente que dissesse algo relativamente à questão da taxa sobre o ruído, porque os arraiais iniciavam-se no início do próximo mês e era necessário que pudessem ter uma informação clara em relação a isso. -----

----- Uma outra questão, embora não sendo tão problemática, era o problema relacionado com os acessos à Picheleira, matéria em relação à qual pedia também que o Sr. Vice-Presidente desse alguma informação para que pudessem ficar mais descansados em relação àquilo que a Câmara ali pretendia fazer. Aliás, a população até pôs esse problema no período de intervenção do público e certamente também gostaria de ouvir uma resposta. -----

----- Disse, ainda, referindo-se ao Deputado Municipal Carlos Marques, que a primeira proposta para o Parque Mayer tinha uma área de construção prevista de 46.500 m<sup>2</sup>, e na segunda proposta a área de construção era de 50.000 para 61.000 m<sup>2</sup>.

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que quando foi encontrada a solução na Assembleia Municipal para resolver os problemas dos terrenos do Parque Mayer, entenderam que estavam a contribuir para resolver uma grande trapalhada e um problema da cidade que já durava há muitos anos. Mas que não quisesse o Sr. Vice-Presidente agora prolongar a trapalhada continuando a fazer nova trapalhada. -----

----- A explicação sobre o plano de pormenor para a zona do Parque Mayer, evidentemente era uma situação de facto, só fazia ali o que plano decidisse e portanto sobre essa matéria não tinham dúvidas nenhuma, não seria isso que condicionava a legitimidade da operação da permuta, mas era evidente que a alínea b) da Moção do BE fazia todo o sentido como já ali foi dito, porque não se podiam atribuir valores aqueles terrenos sem ter o plano de alinhamento e cêrceas. Portanto para o PS era inaceitável que se avançasse com esse processo enquanto a Câmara não apresentasse ali o plano de alinhamento e cêrceas devidamente aprovado, porque, sem isso, a operação não podia prosseguir. -----

----- Por fim, numa nota de carácter político, disse que estavam a menos de seis meses das eleições e para o PS não era legítimo agora que se assinasse qualquer espécie de contrato com o Arqtº Frank Ghery. Independentemente das opiniões pessoais de cada um sobre as virtudes ou não virtudes da vinda para cá de um projecto do Arqtº Ghery, a menos de seis meses das eleições, havendo propostas alternativas que já estavam apresentadas publicamente e não estando ainda aprovado o plano de pormenor para a zona da Av. da Liberdade, muito naturalmente a Câmara já não teria legitimidade política para celebrar, neste momento, um contrato com o Arqtº Frank Ghery. -----

----- Gostava de dizer isso agora com toda a legitimidade, o Sr. Vice-Presidente teria oportunidade de apresentar as suas propostas ao eleitorado e depois, se ganhasse as eleições, muito naturalmente essa legitimidade seria renovada, e se não ganhasse outro projecto alternativo teria também a sua legitimidade. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que se estava a aproximar o período eleitoral e



portanto era natural que os assuntos começassem a ter um outro colorido na Assembleia Municipal. Mas, objectiva e friamente, teriam que olhar para a realidade. -

----- A questão que era ali solicitada, e bem, pelo BE era a questão do cumprimento, ou não, de um compromisso que foi ali prestado na altura da votação pela Assembleia Municipal do projecto do Parque Mayer com a Feira Popular, que em largas horas de discussão que ali teve envolveu todos esses aspectos. Essa questão foi aprovada, portanto não iria ali repetir os pressupostos, os metros quadrados e os considerandos dessa coisa toda. A Câmara, como pessoa de bem, obviamente respeitaria sempre aquilo que era ali acordado. -----

----- Quanto ao que foi perguntado sobre qual era a garantia que o loteamento iria alterar as cêrceas para cima ou para baixo, disse que os terrenos da Feira Popular, em termos de uso actual do PDM, tinham duas classificações. Numa era possível avançar desde já qual o cerceamento dos edifícios a construir aí e na outra não. De qualquer forma o que foi dito ali era que respeitaria a cêrcea da Av. da República. Foi isso que foi dito, era isso que fazia sentido, e não via que houvesse lugar a outra coisa que não essa. Mas repetia que não havia incumprimento quanto a isso porque não havia nenhum projecto ainda, e no entretanto estava seguro que tanto o plano de alinhamento e cêrceas como o PUALZE estariam prontos. Se não estivessem entretanto aprovados esses dois instrumentos, era óbvio que não havia condições para aprovar qualquer projecto, nem para um lado nem para o outro. -----

----- Relativamente ao facto de haver um *atelier* particular a ajudar a Câmara a fazer o loteamento, disse que isso não era uma prática inovadora, desde sempre na Câmara Municipal os serviços de planeamento e urbanismo faziam e desenvolviam por si alguns planos, enquanto outros eram feitos em colaboração com entidades privadas exteriores. Não havia mal nenhum nisso porque quem apresentava o loteamento era a Câmara! Se tinha alguma colaboração com alguma entidade externa não só não era novidade como até poderia ser desejável e podia ajudar. Não havia nenhum crime nem nenhum pecado nessa matéria. -----

----- Quanto às taxas de ruído, questão referida pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha, disse que a sua opinião era de concordância com o proposto na Moção n.º 5. E no tocante ao acesso ao Bairro da Picheleira pela Rua Veríssimo Sarmento, era preciso que fossem realistas. Aquela rotunda aguardava há anos uma definição urbanística, foi suscitado recentemente, se calhar ainda bem, pela precipitação que houve de encerramento desse acesso à rotunda das Olaias da Rua Veríssimo Sarmento, houve várias reuniões e foram obrigados a tomar uma medida urgente no sentido de devolver ao trânsito e às pessoas a utilização dessa rua e assim foi feito. ----

----- O que disse na altura, e que de facto supunha que merecia, era que estando para já a rotunda fora do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, estando a rotunda hoje em dia num ponto importante da cidade que merecia um tratamento urbanístico de qualidade, de harmonia, de inserção urbanística correcta, que aliás já foi talvez prejudicada pelo facto de numa das parcelas, justamente ao lado desse arruamento, estar um respirador do metropolitano, que tentara averiguar nos serviços da Câmara e não havia correspondência, não havia informação nenhuma sobre como aquele

cogumelo nascera ali. Mas de qualquer forma era o que era, estavam a procurar arranjar um enquadramento urbanístico de conjunto para toda a rotunda das Olaias que seria oportunamente apresentado, salvaguardando os instrumentos em vigor e salvaguardando também eventuais compromissos adquiridos no passado. Era isso que se estava a fazer justamente para que não houvesse uma intervenção casuística e que pudessem olhar para a rotunda das Olaias de uma forma harmoniosa e integrada. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Na **Moção n.º 1**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, os pontos 1 e 2 foram votados em conjunto, tendo sido aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. O ponto 3, a pedido do PEV foi votado isoladamente, tendo sido aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS e BE, votos contra do PSD, CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal independente, Rodrigo Gonçalves, e a abstenção do PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “É só para dizer que o BE toma nota que é a segunda vez que esta Assembleia Municipal aprova uma Moção de censura à Câmara Municipal de Lisboa por não respeitar este órgão máximo. Aliás, continuamos à espera de várias respostas a vários requerimentos e a várias propostas aqui aprovadas, desde o orçamento participativo até variadíssimas outras coisas, porque a Câmara Municipal continua a não respeitar esta Assembleia Municipal.” -----

----- Na **Moção n.º 2**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, os pontos 1, 2, 3, 4 e 5 foram votados em conjunto tendo sido aprovados, por unanimidade. O ponto 6, que dizia respeito à publicação na comunicação social conforme o usual, foi votado em separado tendo sido rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- A **Moção n.º 3**, que era uma recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PEV, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Na **Moção n.º 4**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, os pontos 1 e 2 foram votados em conjunto tendo sido aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e a abstenção do PSD, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. O ponto 3, que dizia respeito à publicação em jornal diário, foi votado em separado tendo sido rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A declaração de voto tem como objectivo lamentar que os Deputados que votaram contra a publicação desta Moção num jornal diário o tenham feito, porque

isso apenas tinha como objectivo que uma Moção deste género chegasse ao conhecimento das pessoas pela via normal que são os órgãos de informação. -----

----- Ou seja, a população sabe que a Moção foi aprovada se a Junta de Freguesia ou eu próprio o fizer na freguesia. De qualquer forma, isto não é uma situação local, é uma situação da cidade, portanto lamentamos que tenham votado contra uma Moção deste género.” -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, em protesto, disse que fez sinal à Mesa e a razão de ser do uso desta figura regimental era justamente por a Mesa não ter dado acolhimento ao pedido que lhe estava a suscitar. É que uma declaração de voto, salvo melhor opinião, tinha a ver com a expressão da razão de ser da votação, e não ouviu em nenhuma parte da intervenção do Deputado Municipal que acabara de intervir nenhuma referência à razão por que tinha votado da forma que votou. O que ouviu foi uma coisa que parecia mais um protesto em relação à forma como uma força política tinha exprimido a sua votação. E daí o seu protesto para ficar lavrado em acta.

----- **O Senhor Presidente** respondeu que quando os Deputados Municipais pediam a palavra não sabia o conteúdo das intervenções. Mas protestou e a Mesa aceitava esse protesto. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, em contraprotesto, disse que a população tinha direito a ser informada e os Deputados Municipais não tinham o direito de sonegar essa informação à população. Era apenas isso que pretendia dizer. --

----- Na **Moção n.º 5**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, os pontos 1 e 2 foram votados em conjunto tendo sido aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, PEV, PPM, BE e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e a abstenção do CDS-PP. O ponto 3, que dizia respeito à publicação em jornal diário, foi votado em separado tendo sido rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, votos favoráveis do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PPM. -----

----- A **Moção n.º 6**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, foi aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --  
----- “A declaração de voto da bancada do PS sobre esta Moção/recomendação é para justificar a importância desta proposta. -----

----- Nós entendemos que a qualidade de vida em Lisboa merece exactamente que haja uma preocupação muito importante com aquilo que vamos conseguindo oferecer aos nossos cidadãos, e na zona de Campo de Ourique esta é, manifestamente, uma questão premente. Nós temos obrigação, a cidade tem obrigação de criar condições de vida para que os cidadãos possam frui-la e é evidente que isso não está a acontecer em Campo de Ourique. Esta proposta pode significar um bom meio de utilizar um espaço que hoje em dia não tem qualquer utilidade, e que se aponta possa vir ali a ser construído mais um condomínio privado. -----

----- Nós entendemos que Lisboa já tem condomínios privados que cheguem, nós temos que apostar cada vez mais num novo paradigma no que respeita à habitação.

Em vez de nova construção, nós necessitamos de apostar fortemente na requalificação daquilo que existe, e neste caso existe um espaço que pode ser potenciado para um centro de cultura e, simultaneamente, também para oferecer aos cidadãos de Campo de Ourique uma coisa que é muito necessária, que é estacionamento. -----

----- É perfeitamente possível conciliar as duas coisas, e por isso entendemos que esta é uma boa proposta nesse sentido.” -----

----- A **Moção n.º 7**, apresentada pelo Grupo Municipal do PPM, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Na **Moção n.º 8**, apresentada pelo Grupo Municipal do PPM, os dois parágrafos da parte deliberativa foram votados em separado, tendo o primeiro sido aprovado, por unanimidade, e o segundo, que dizia respeito à publicação na imprensa diária nos moldes habituais, foi rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS, CDS-PP e do Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, e votos favoráveis do PCP, PEV, PPM e BE. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O sentido da declaração de voto do BE, é que votamos favoravelmente esta Moção e achamos que ela inclusivamente poderia ser até um pouco mais ousada, na medida em que há cerca de três anos o BE, na Assembleia da República, apresentou um pedido de inquérito ao IGAT sobre a legalidade da construção do Corte Inglês. Como se sabe, foi respondido pelo IGAT, num dia em que estávamos em plena Assembleia Municipal, que o Corte Inglês está ilegal em vários aspectos. Foi na altura perguntado à Câmara quais as medidas tomadas para isso, mas até hoje não vimos uma única medida e o Corte Inglês continua como está, mesmo depois de um Parecer do IGAT, porque, naturalmente, mandam os interesses de quem tem o poder. -----

----- Foi por isso que votamos favoravelmente esta Moção.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “A declaração de voto do PS sobre esta proposta é para, de uma forma muito simples, explicitar que da nossa parte, sempre que uma proposta tenha razão de ser, tenha sentido, independentemente do objectivo que pretende atingir, esta entendemos que no que respeita à qualidade de vida de Lisboa faz sentido, portanto votámo-la favoravelmente procurando com isso dar da nossa parte a anuência a que se critique a quem quer que seja o que seja criticável.” -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do PPM entendia que esta recomendação deveria ser publicada nos jornais, dado que é uma questão de segurança de bastante gravidade, mas a Assembleia não entendeu assim. -----

----- Que haja um partido que na altura estava no poder que não gostasse da publicitação desta notícia ainda percebo, agora que o PSD o tenha também feito faz-me vir à cabeça pensamentos que eu não quero transmitir aqui porque não quero ser demandado judicialmente.” -----

----- Findas as votações e as declarações de voto, o **Senhor Presidente**, antes de se entrar no ponto 1 da Ordem de trabalhos, disse que deliberaram na Assembleia sobre um documento que estabelecia os critérios das relações internacionais da Assembleia Municipal. Depois propuseram uma reunião ao Sr. Presidente da UCCLA, cargo desempenhado na altura pelo agora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que juntamente com o Secretário-Geral reuniu com a Mesa e a Conferência de Representantes e conversaram sobre essa matéria da integração da Assembleia Municipal nas relações internacionais do Município. Era com gosto que saudava o convite que foi dirigido a Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, aos Grupos Municipais não representados na Câmara Municipal, porque era assim que, dando início a essa relação de integração da Assembleia na política internacional do Município, alguns Deputados Municipais iriam partir numa delegação do Município para Timor, dentro de dias. -----

----- Iriam Deputados Municipais que representavam os Grupos Municipais do BE, do PEV e do PPM, e também um Deputado Municipal do PCP dado que não podia ir nenhum Vereador dessa força política. -----

----- Portanto, saudava esse convite que a Câmara lhes dirigiu e fez votos para que de futuro se desenvolvessem essas relações no âmbito do Município, quanto a uma estratégia de política e de relacionamento internacional. -----

----- Seguidamente, deu por findo o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Discussão das implicações para a obra do Túnel do Marquês decorrentes da Declaração de Impacte Ambiental tornada pública pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 931/2004;** (retirada pela Câmara)-----

----- **Ponto 3 - Proposta 191/2005;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 205/2005;**-----

----- **Ponto 5 - Proposta 206/2005;**-----

----- **Ponto 6 - Proposta 210/2005;**-----

----- **Ponto 7 - Proposta 213/2004.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – DISCUSSÃO DAS IMPLICAÇÕES PARA A OBRA DO TÚNEL DO MARQUÊS DECORRENTES DA DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL TORNADA PÚBLICA PELO MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DELIBERAÇÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DO TÚNEL DO MARQUÊS DE POMBAL.** -----

----- (A Declaração de Impacte Ambiental do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento, que devido à sua extensão não se

reproduz nesta acta, foi distribuída aos Srs. Deputado Municipais e fica devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente** deu nota que foram apresentados os seguintes documentos para votação no final do debate deste ponto: -----

----- **Recomendação / Proposta** -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, iniciou o trabalho de definição de objectivos e metodologias para o acompanhamento do processo de construção do Túnel do Marquês; -----

----- 2. A Comissão pela sua composição, prestígio e capacidade técnica, tem todas as possibilidades de seguir de perto e acompanhar as questões relacionadas com a obra do Túnel do Marquês; -----

----- 3. O parecer final do processo de Avaliação de Impacte Ambiental apresenta uma contradição entre um parecer favorável ao projecto, mas condicionado a dois itens fundamentais: -----

----- a) À realização do estudo sobre análise de tráfego e análise de risco; -----

----- b) À implementação das medidas de minimização e programas de monitorização constantes no anexo à DIA, cerca de 40 medidas. -----

----- Os deputados municipais do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem:

----- Que a Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação, como é de sua competência, dê prioridade no seu trabalho, ao acompanhamento da execução das decisões condicionantes, apontadas na Declaração de Impacte Ambiental, tal como já aprovado em 11 de Abril nesta Assembleia por proposta do PCP.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **Proposta / Deliberação** -----

----- “Foi emitida pelo Ministério do Ambiente no passado dia 27 de Abril a Declaração de Impacte Ambiental ao projecto do Túnel do Marquês. -----

----- Como se sabe tratou-se de uma Avaliação favorável, mas fortemente condicionada às seguintes medidas: -----

----- - Realização de Estudos sobre Análise de Risco e Análise de Tráfego, a efectuar pelo promotor da obra e a subsequente incorporação no projecto dos resultados que se obtiverem; -----

----- - Implementação de medidas de minimização e programas de monitorização, que no seu conjunto perfazem mais de 65 medidas. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa confrontada com uma Avaliação que deveria ter sido emitida na sequência de um Estudo de Impacte Ambiental realizado antes da obra se ter iniciado; -----

----- Confrontada com mais de 65 medidas que deverão ser implementadas para garantirem a minimização dos custos ambientais, mas também a própria segurança do projecto; -----

----- Confrontada com a necessidade de se terem de promover Análise de Tráfego e Análise de Risco para que as suas conclusões sejam integradas no projecto de execução; -----

----- Confrontada com um completo desconhecimento sobre o projecto de execução em curso, andamento das obras e quais as medidas propostas pelo EIA que já estão a ser implementadas; -----

----- Confrontada com as consequências orçamentais que a implementação destas mais de 65 medidas terão no custo final desta obra, delibera: -----

----- Deliberação -----

----- 1º - Que a Câmara dê informação detalhada sobre a fase da obra, projecto de execução em curso e quais as medidas do EIA e AIA que já estarão a ser implementadas; -----

----- 2º - Que nos informe sobre o impacte orçamental que terá no custo final deste projecto a implementação de todas as medidas avançadas pelo EIA e AIA. -----

----- 3º - Que prossigam os trabalhos à superfície na rua J. Augusto de Aguiar - de modo a permitir uma rápida reposição da circulação normal do tráfego, mas que encomende com urgência os estudos da Análise de Tráfego e Análise de Risco para que as suas conclusões possam ser incluídas no projecto de execução, sem as quais não será possível proceder-se à escavação do túnel previsto para debaixo da Praça Marquês de Pombal; -----

----- 4º - Que seja constituída no âmbito desta Assembleia Municipal uma Comissão Eventual de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação da implementação de todas as medidas avançadas pelo EIA e sobretudo por todas as medidas da Avaliação do Impacte Ambiental.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **Mocção** -----

----- “1. Considerando a Declaração de Impacte Ambiental (D.I.A.) assinada pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Doutor Francisco Nunes Correia, no passado dia 27 de Abril; -----

----- 2. Considerando a existência de um ponto onde se afirma que a emissão da D.I.A. favorável está condicionada a duas questões essenciais: -----

----- a. Questão 1: “À realização de estudos sobre análise do tráfego e análise de risco (...), a efectuar pelo promotor e a subsequente incorporação no projecto dos resultados que se obtiverem.” -----

----- b. Questão 2: “À implementação das medidas de minimização e programa de monitorização constantes” na Declaração de Impacte Ambiental e que dizem respeito às questões de geologia e geomorfologia, às questões de ruído, às questões da qualidade do ar; saneamento e hidrologia urbana; uso do solo, condicionantes, servidões, restrições e espaços definidos em instrumentos de planeamento; flora e fauna; paisagem urbana; património arqueológico; património arquitectónico; aspectos socio-económicos, riscos e segurança; medidas de gestão ambiental propostas pelo Estudo de Impacte Ambiental (E.I.A.); medidas aplicadas a estaleiros, propostas pelo E.I.A. e ainda programas de monitorização respeitantes a ruído, águas, solos, ar e arqueologia e património. -----

----- 3. Considerando que as conclusões retiradas da análise de tráfego e da análise de risco terão de ser incorporadas no PROJECTO; -----

----- 4. Considerando que, depois de concluídas as obras, não poderão ser efectuadas alterações que possam produzir a eficácia desejada. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 17 de Maio de 2005, decida: -----

----- 1. Requerer a imediata suspensão da obra denominada por “Túnel do Marquês”, no que respeita à sua estrutura junto ao túnel do metropolitano para a realização dos estudos ordenados pelo Exmo. Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Doutor Francisco Nunes Correia, permitindo apenas a conclusão das obras à superfície da Av. Joaquim António de Aguiar para diminuir o impacto negativo na vida dos cidadãos. -----

----- 2. Enviar esta moção ao Exmo. Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Doutor Francisco Nunes Correia; -----

----- 3. Enviar esta moção a todas as organizações que compõem a Plataforma pelo Referendo ao Túnel do Marquês; -----

----- 4. Publicar na comunicação social conforme o usual.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para introdução da matéria, disse que estavam hoje reunidos para analisar a Declaração de Impacte Ambiental, emitida pelo Ministério do Ambiente no dia 27 de Abril passado, respeitante ao conturbado processo do Túnel do Marquês, Declaração essa que, como se sabia, foi favorável mas fortemente condicionada. -----

----- Em primeiro lugar desejava dizer, em nome do PS, que ainda bem que desde o início deste insensato projecto exigiram e recomendaram sempre, mas sempre, que se procedesse à elaboração de um Estudo de Impacte Ambiental e correspondente avaliação antes do início da obra. -----

----- Recordou que sempre disseram que independentemente da querela sobre a obrigatoriedade legal ou não de o fazer, era imperioso proceder-se a tal estudo, na óptica da boa gestão da obra pública e do mero bom-senso. Esta avaliação final e respectiva Declaração por parte do Ministério do Ambiente, é tão densa e pesada nos reparos e medidas impostas ao dono da obra, isto é, à Câmara Municipal, que os levava a concluir que se se tivesse procedido bem, se se tivesse feito em primeiro lugar, como mandava a lei, o Estudo de Impacte Ambiental e esperado pela respectiva avaliação, provavelmente as obras nem se teriam iniciado, pois, como se constatava, eram mais os riscos ambientais e de segurança do que os eventuais benefícios, se era que os havia. -----

----- E isso para já não falar da eventual situação de ilegalidade orçamental que se colocava a partir de agora, uma vez que a necessidade de implementar todas as medidas implicava um conjunto de trabalhos a mais que poderiam contrariar o disposto no artigo 45º do Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março, respeitante ao regime jurídico de empreitadas e obras públicas. -----

----- Analisando mais detalhadamente os anexos à Declaração de Impacte Ambiental que condicionavam o Parecer, disse que a primeira conclusão que extraíam era que esta obra, nomeadamente na sua componente mais pesada, o túnel que estava previsto



para debaixo da Praça do Marquês de Pombal, não poderia prosseguir até estar efectuada a análise de tráfego de acordo com o Parecer técnico e incorporação dos seus resultados no projecto de execução. -----

----- Também a necessidade de se proceder a uma análise de risco, e citava: “a avaliação exaustiva de natureza quantitativa e probabilística para as situações classificadas como tendo um potencial de risco significativo e uma incerteza elevada, e incorporação dos seus resultados no projecto de execução”, reforçavam a posição do PS de que, antes de se continuar irresponsavelmente, teriam que, em primeiro lugar, fazer esses dois estudos, verificar o que as suas conclusões implicavam em alterações ao projecto de execução e só depois, eventualmente, iniciar-se a escavação do túnel final. -----

----- Disse que estavam a falar de uma Declaração de Impacte Ambiental que aumentava as 40 medidas propostas pelo Estudo de Impacte Ambiental para mais de 65, que implicavam a execução, entre outras, do sistema de drenagem das águas subterrâneas, a obrigatoriedade de duplicar a capacidade da estação de bombagem, a alteração do tipo de pavimento, tratamento acústico de zonas específicas do túnel, tratamento plástico no seu interior, enfim, implementação de medidas de forma a garantir a segurança global. -----

----- Como se pôde chegar a este ponto nesta enorme trapalhada? -----

----- Os responsáveis tinham rosto, mas efectivamente esse túnel tinha um primeiro responsável. Se o Dr. Santana Lopes foi o seu mentor, o verdadeiro pai da obra, aquele que preparara o seu lançamento, o caderno de encargos e as sucessivas alterações, o que teimosamente se recusara que se fizesse o Estudo de Impacte Ambiental, foi, efectivamente, o Prof. Carmona Rodrigues. Não se esqueciam até da forma perfeitamente desajustada, mas denunciadora do seu comprometimento com o projecto, como o então Ministro das Obras Públicas, Prof. Carmona Rodrigues, promovera conferências de imprensa no local para justificar decisões camarárias assumidas nesse período. -----

----- Confrontados com esta situação, com uma avaliação que deveria ter sido emitida antes da obra se ter iniciado, avaliação que impunha mais de 65 medidas para serem implementadas, algumas delas imprescindíveis para serem incorporadas no projecto de execução, confrontados com um completo desconhecimento sobre o projecto de execução em curso, andamento da obra e quais as medidas propostas pelo Estudo de Impacte Ambiental que a própria Câmara se viu obrigada a encomendar e que dizia já terem sido implementados, não restava ao PS senão exigir que a partir de hoje tudo fosse diferente. Nomeadamente: -----

----- Primeiro – que a Câmara desse informação detalhada sobre a fase da obra, projecto de execução em curso e quais as medidas do Estudo de Impacte Ambiental e Avaliação de Impacte Ambiental que já estariam a ser implementadas. -----

----- Segundo – que os informasse sobre o impacto orçamental que teria no custo final deste projecto a implementação de todas as medidas, mais de 65 como já disse, que foram avançadas. -----

----- Terceiro – que se criasse, no âmbito da Assembleia Municipal, uma Comissão Eventual de acompanhamento, fiscalização e avaliação da implementação de todas essas medidas apresentadas pela Avaliação de Impacte Ambiental, para que não restassem dúvidas nenhuma sobre a sua implementação, garantindo-se, assim, que estavam minimizados todos os riscos ambientais e de segurança inerentes a esta obra.

----- Disse, ainda, que lhes parecia um mau sinal que o Sr. Vice-Presidente quisesse contestar juridicamente essa declaração de Avaliação de Impacte Ambiental feita pelo Ministério do Ambiente. Era sinal, a confirmar-se, que ainda não percebera nada do que estava em causa com essa insensata obra, mas, sobretudo, era uma enorme manifestação de arrogância. -----

----- A Câmara tinha dois caminhos: ou manifestava uma atitude de bom-senso e arrependimento pelo caminho percorrido até agora e desistia de construir o túnel por debaixo da Praça Marquês de Pombal, aceitando as propostas do PS de apenas desnivelar os cruzamentos da Rua Artilharia Um e Rua Castilho, ou cumpriam à risca as determinações do Estudo de Impacte Ambiental e Avaliação de Impacte Ambiental, continuando as obras exteriores da Rua Joaquim Augusto de Aguiar, cumprindo as normas estabelecidas na própria Avaliação de Impacte Ambiental, mas esperariam pelas conclusões da análise de tráfego e análise de risco determinadas pela declaração condicionada da Avaliação, para que essas conclusões pudessem, tal como estava estabelecido na Declaração, serem incorporadas no projecto de execução. -----

----- Terminou dizendo que, em nome do PS, esperava sinceramente que, a bem da cidade e dos seus cidadãos, imperasse, pelo menos desta vez, o bom-senso. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que era trazido à Assembleia Municipal pelo PS, mais uma vez, um debate sobre a questão do Túnel do Marquês, coincidente agora com o conhecimento que tinham da Avaliação de Impacte Ambiental. -----

----- E em boa hora trouxeram esta questão a debate, congratulavam-se por isso, porque ela marcava, sem dúvida, o sinal positivo que o Ministério do Ambiente encontrara nesta obra. Houve todo um processo judicial que terminou, como era sabido, em termos de providência cautelar com uma decisão do Supremo Tribunal, e aí, reparou agora na intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, que inflectindo alguma cautela sobre a querela jurídica, e não se esquecia das moções apresentadas pelo PS a invocar, nomeadamente uma em 26 de Abril de 2004, em que falavam de arrogância do Presidente da Câmara que se recusara a mandar elaborar o necessário estudo obrigatório nos termos dos artigos tais e tais, em função da decisão da 2ª Instância que lhes era favorável e que invocava essa matéria, depois o Supremo veio a negar esse entendimento jurídico e, portanto, agora a inversão de posição vinha já no sentido de que afinal a querela jurídica não era assim tão importante e conseqüentemente um arrepio em relação a algumas das moções ali trazidas, nomeadamente essa de 26 de Abri de 2004, pelo PS. -----

----- Portanto, a fase judicial concluiu como concluiu, concluiu naquele sentido do Supremo Tribunal Administrativo, e hoje tinham também o corolário de uma fase

procedimental, ou de uma fase administrativa, que concluía com essa Avaliação de Impacte Ambiental condicionalmente favorável. -----

----- Isso significava que a fase administrativa concluía pela positividade da obra, isto é, o Parecer não foi desfavorável, não foi negativo. Evidentemente era um Parecer favorável sujeito a algumas condições, umas mais extensas outras menos, mas de qualquer maneira concluía pela prossecução da obra como era bem de ver para quem conhecesse o significado da Declaração de Impacte Ambiental e o que isso trazia de sentido deliberativo, quando na proposta só havia dois tipos, ou favorável ou desfavorável, e o favorável subdividido-se com condicionantes ou sem condicionantes. -----

----- Portanto, estavam ali com uma consequência evidente, uma consequência lógica nesse sentido: também a entidade administrativa concluiu pela positividade da obra, pela prossecução do projecto como ele era apresentado, naturalmente com acertos e acompanhamentos. -----

----- Acompanhamentos esses que, aliás, mesmo naqueles que eram favoráveis existiriam sempre ao logo da vida útil do projecto, como resultava da legislação de impacte ambiental. -----

----- Mas estava à espera de outra coisa na intervenção de quem propôs este debate. Não sabia se a Câmara pensava ou não impugnar essa matéria, mas realmente não deixava de ser estranho que a Declaração de Impacte Ambiental não fizesse uma única referência, como resultava da necessidade da Lei, ao resultado da audiência pública. Ou seja, aquilo que se andou ali a discutir tanta vez da necessidade de audiência pública, os relatórios da audiência pública e a participação dos cidadãos, etc., dizia também a Lei que a Declaração de Impacte Ambiental teria que fazer referência a essa matéria, mas estranhamente não via da parte do Ministério do Ambiente uma única nota sobre os resultados dessa mesma audiência pública. -----

----- Portanto, em que ficavam? Afinal não era contestada pela população, afinal não houve elementos suficientemente fidedignos dessa participação popular, ou então pura e simplesmente se esquecera essa audiência pública e os resultados que dela advieram! -----

----- Tudo isso levava a concluir alguma fragilidade dos argumentos apresentados, desde os referentes a aspectos mais substanciais até outros que eram recomendações como a utilização de capacetes nas obras e outras matérias naturalmente decorrentes da legislação sobre essa matéria. -----

----- Era importante não esquecer o apurado sentido que alguns partidos ali trouxeram sobre a matéria, porque a legislação sobre questões ambientais que estava em vigor desde ano 2000, substituíra um outro diploma que existia sobre a mesma matéria precisamente desde 1990, e todos os túneis que foram construídos na Cidade de Lisboa durante essa década não foram sujeitos à avaliação de impacte ambiental. -----

----- Por conseguinte, era bom que não fosse esquecido o percurso histórico de algumas forças políticas nessa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “1. O PCP desde o início em Maio de 2002, que se opôs à construção deste túnel, por ser desnecessário e inútil, dado que vai aumentar o trânsito para o centro da cidade; -----

----- 2. O que estava previsto no PDM, era a conclusão do Túnel das Amoreiras e por isso o PCP o primeiro partido a propor (Recomendação aprovada em Dezembro de 2002 nesta Assembleia) essa solução, a mais ajustada para a resolução do único estrangulamento de trânsito local, o cruzamento da Rua Artilharia Um, e essa continua a ser a saída para este imbróglio; -----

----- 3. Este túnel que apenas é imposto por capricho eleitoralista, impede a resolução de outras obras que já deveriam estar concretizadas, como exemplo o Eixo Norte-Sul, a primeira circular Olaias-Infante D. Henrique e a conclusão da CRIL, essas sim vias estruturantes para a mobilidade e acessibilidades na cidade; -----

----- 4. Fala-se em legitimidade pelo compromisso eleitoral, que levou à aprovação e início da obra, é o único argumento que suporta a execução deste túnel. -----

----- 5. A legitimidade de qualquer proposta não dispensa o acordo com a Lei. Qualquer proposta feita à revelia desta não pode ser legítima, só pelo facto de ser proposta numa qualquer campanha eleitoral, dado que neste caso concreto nunca existiu qualquer fundamentação baseada na Lei ou em estudos técnicos, que suportassem a sua necessidade -----

----- 6. O Estudo de Impacte Ambiental, é um complemento mas não uma determinante para se considerar ou não a necessidade e prioridade desta obra, apenas realça os efeitos colaterais ou negativos que essa obra pode provocar. Para ter tido algum efeito devia ter-se efectuado antes do início da obra. Os custos estão à vista e a responsabilidade é de quem a lançou e não de outros. -----

----- 7. A hipótese de referendo, que foi reprovada nesta Assembleia, seria certamente um elemento de mais-valia na procura de um esclarecimento e consulta pública cujo resultado poderia ou não validar e legitimar esta pretensão. Seria também um forma de reflexão sobre questões estratégicas no plano das questões da mobilidade, do ambiente e da qualidade urbana e de vida, quanto a esta e outras obras futuras; -----

----- 8. Do que se trata afinal, é de uma postura antidemocrática, autista e leviana que traz graves prejuízos à cidade e aos lisboetas. -----

----- 9. Reafirmamos mais uma vez que a proposta do PCP, para que não se perca os valores já gastos e se corram riscos desnecessários, é que se concretize o prolongamento do Túnel das Amoreiras, até à Rua Rodrigo da Fonseca. -----

----- 10. No que concerne à Declaração de Impacte Ambiental e ao acompanhamento da obra, parece-nos ser mais lógico, quer pelo acompanhamento ao longo do processo, quer pela intervenção já havida, que será de maior operacionalidade que seja efectuado esse acompanhamento pela Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Circulação. -----

----- Por último queria solicitar ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que, de acordo com a informação que o Sr. Presidente da Câmara prestou ontem em reunião, sejam fornecidas a esta Assembleia as perguntas formuladas pelo Tribunal de Contas

relativas à empreitada do túnel bem como as respostas da Câmara Municipal a esse Tribunal, que já, ao que parece, terão sido dadas.” -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que depois de ouvir o Deputado Municipal Miguel Coelho assaltara-o a dúvida se haveria dois textos da Declaração de Impacte Ambiental distribuídos aos Deputados Municipais. É que leu o que lhe foi entregue e ouviu o que foi dito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, e efectivamente havia uma diferença abismal entre uma coisa e outra. -----

----- Por exemplo, lia na Declaração uma série de lugares comuns, coisas que qualquer técnico que estivesse a dirigir a obra tinha obrigação de saber que teriam que ser feitas. Via ali que havia determinadas coisas que não eram previstas na legislação portuguesa e recorria-se a elementos de regulamentos canadianos, no qual se perdiam cinco ou seis linhas para falar em reserva ecológica, santuários ou outras áreas que fossem declaradas, etc. Ali não havia nenhuma reserva ecológica, não havia nenhum santuário, parecia que o santuário mais próximo que havia seria em Fátima. Enfim, não percebia a razão de ser dessas dúvidas, só as poderia entender como uma questão política para tentar torpedear, mais uma vez, o túnel que se pretendia fazer. -----

----- Que fosse preciso monitorizar o estado de conservação e estabilidade dos edifícios, isso era uma coisa que era a base de qualquer engenheiro que dirigia uma obra, não era preciso vir agora o Ministério do Ambiente dizer que era preciso fazer isso! -----

----- Em todo o caso, algumas dúvidas que o PS pôs, por intermédio do Deputado Municipal Miguel Coelho, podiam já estar resolvidas se tivessem aprovado uma recomendação que ele próprio fez à Câmara, há já algum tempo, no sentido de se encomendar ao LNEC um estudo completo da rede do Metropolitano de Lisboa, da parte do caminho-de-ferro que passava em túnel dentro da Cidade de Lisboa e outros pontos sensíveis de construções na cidade. Mas o PS, por razões mais uma vez puramente políticas, fizera ouvidos de mercador e votou contra. Agora que não se queixasse! -----

----- Este estudo só vem dar razão a quem quer construir o túnel, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o que se estava a debater era a Declaração de Impacte Ambiental que foi trazida pela Câmara e que foi produzida, ou pelo menos enviada, pelo Gabinete do Ministro do Ambiente. -----

----- E, de facto, lido o documento – e leu-o com atenção, o que não aconteceu, como já disse o orador anterior, com o Deputado Municipal Miguel Coelho que não deveria tê-lo lido minimamente – só deveriam congratular-se com esse estudo e com a posição da Câmara Municipal de Lisboa, e dar os parabéns, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer ao Sr. Vice-Presidente, por em bom tempo terem lançado essa obra que naturalmente iria melhorar bastante a qualidade de vida dos lisboetas e daqueles que visitavam a cidade, e, simultaneamente, verificar que para além do Supremo Tribunal Administrativo ter sancionado essa obra, para além da Estudo de Impacte Ambiental não ser necessário, a Câmara por seu intermédio solicitou-o e ele estava agora ali. -----

----- E efectivamente esse estudo, ao contrário do que dizia o Deputado Municipal Miguel Coelho, era um conjunto de imposições legais para qualquer obra, por exemplo em relação ao ruído, ao fardamento, às poeiras, a necessidade de manter a zona arbórea circundante, que os gases emitidos não pudessem perturbar as saídas e incomodar as pessoas, o betuminoso que deveria ser utilizado no pavimento para não ser demasiado ruidoso, a lavagem, o equipamento, as leis da medicina no trabalho para os trabalhadores que estavam a trabalhar na obra, tudo isso era um repositório de normas legais que eram necessárias para qualquer obra e que, naturalmente, estavam a ser seguidas exhaustivamente. -----

----- Portanto, não havia aí nada que justificasse a paragem da obra, não havia aí nada que justificasse a redimensão da obra, não havia aí nada que fosse minimamente compatível com aquilo que disse o Deputado Municipal Miguel Coelho. Mas já estavam habituados a que do PS surgissem este tipo de situações, com ar muito arrogante, muito doutoral, como se estivessem ali a falar de uma coisa que era exactamente o contrário do que era a realidade. -----

----- Viram, no passado, protestos, marchas lentas do Deputado Municipal Miguel Coelho em relação à CREL. Há dias passara lá e perguntara a si mesmo como era possível ter que pagar portagem! Então o Deputado Municipal Miguel Coelho, agora que tinha o seu Governo e que tanto protestara pela CREL, agora não ia exigir que o seu Governo acabasse imediatamente com as portagens? Estava convencido que o Deputado Municipal Miguel Coelho já teria feito alguma acção, mas, pelos vistos, aquilo que interessava ao Deputado Municipal Miguel Coelho era a demagogia pura, era chamar a atenção daquilo que representava para ele um determinado interesse político e não a defesa dos interesses da cidade. -----

----- No seu entender, foi francamente negativa a intervenção ali tida pelo Deputado Municipal Miguel Coelho. Pelo menos em relação ao documento que tinha em mãos foi de facto caricata. -----

----- Seria exaustivo ler todas as passagens do documento, mas garantia que 99% das coisas que ali estavam transcritas eram lugares comuns, normas de bom-senso que não punham minimamente em causa nem a obra, nem o seu traçado, nem a sua realização, nem o seu interesse. -----

----- Portanto, dizia ao Deputado Municipal Miguel Coelho que se ativesse às coisas que tinha que se ater, e não fizesse demagogia barata e pura na Assembleia Municipal porque não era para isso que ali estavam. O Deputado Municipal Miguel Coelho estava ali, como disse o seu colega de bancada, Deputado Municipal Dias Baptista, para defender os interesses da cidade, para aprovar aquilo que era bom para ela, e não para argumentar apenas em termos de interesse político e demagógico, de que era, de facto, um grande exemplar. -----

----- Terminou dizendo que estavam de parabéns a Câmara, o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente, e fundamentalmente estava de parabéns a cidade porque esta obra, finalmente, ao contrário de outras que têm tentado entrar, iria prosseguir, iria chegar a bom termo e isso era bom para todos. -----

----- **O Deputado Municipal João Almeida (BE)**, no uso da palavra, depois de referir que o BE entregou na Mesa uma Moção a exigir a imediata suspensão da obra do túnel para serem efectuados os estudos que o Senhor Ministro pedia na Declaração, leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Túnel do Marquês não faz falta. -----

----- O que faz falta é uma política que tire os automóveis da cidade. -----

----- O que faz falta é uma política que promova os transportes colectivos e as alternativas ao automóvel privado. -----

----- Permitam-me agora ler a medida n.º 15, incluída no Estudo de Impacte Ambiental, estudo este que, embora encomendado pela Câmara, não se coibiu de propor: -----

----- «Medida n.º 15: A CML deverá promover condições para evitar a formação de congestionamentos, uma vez que estes são causadores do agravamento dos factores de emissão. Neste domínio, dever-se-á dar preferência a mecanismos de gestão da procura e da circulação, uma vez que aumentos sucessivos da capacidade das vias de circulação dão origem a fenómenos de indução de tráfego. A gestão integrada da mobilidade na cidade é decisiva para a qualidade do ar, neste sentido as medidas incluindo a semafórica devem ser perspectivadas.» -----

----- Tendo em conta que esta Assembleia não teve a coragem de permitir aos lisboetas que se pronunciassem em referendo sobre este túnel, importa agora minimizar alguns dos problemas que esta obra trouxe, traz e vai continuar a trazer. ----

----- Sabendo que o mais grave dos problemas – o aumento do tráfego – não poderá ser mitigado, não nos podemos demitir da responsabilidade de criar condições para que outros males que o túnel acarreta sejam mitigados. -----

----- Ora, é exactamente isto que o Sr. Ministro do Ambiente disse e quer. -----

----- O Sr. Ministro pretende que sejam efectuados estudos e que sejam implementadas medidas que, integradas no projecto, permitam mitigar alguns dos defeitos deste túnel. -----

----- Ora só é possível integrar estas medidas no projecto se as obras forem suspensas, permitindo a realização dos estudos necessários. Depois da obra realizada, será impossível fazê-lo. -----

----- Professor Carmona Rodrigues, o Sr. contribui para a formação de muitos engenheiros deste País. Antes de ser professor é engenheiro. E como engenheiro sabe muito bem que, depois da obra feita, não poderá incorporar as medidas que os estudos pedidos na Declaração de Impacte Ambiental exigem. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara sabe-o e já o afirmou. -----

----- Esta é uma obra complexa. -----

----- Professor Carmona Rodrigues, se é uma obra complexa então tem de ser mesmo bem feita. -----

----- Professor Carmona Rodrigues suspenda as obras, realize os estudos que o Sr. Ministro exige e conclua o túnel como deve de ser. -----

----- E não se preocupe, todos os lisboetas o reconhecerão como o autor deste túnel. ---

----- Mas existe ainda outra razão. -----

----- O quadro legal existente prevê que só após a incorporação das medidas especificadas na D.I.A. é que o licenciamento das obras pode ocorrer, e que todos os actos que desrespeitem o preceituado no Decreto-Lei serão considerados nulos. Basta ler o Decreto-Lei 69/2000 e, em particular, os seus artigos 17º e 20º. -----

----- Ora, o Bloco de Esquerda e a Assembleia Municipal não querem, de modo algum, que a C.M.L. desrespeite a legislação em vigor. -----

----- É nosso dever votar favoravelmente a Moção apresentada, cumprindo assim com a nossa obrigação de ajudar a C.M.L. a exercer o seu mandato com dignidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que não sabia se o estudo que possuía era igual ou não ao que a maioria tinha, mas aquele que tinha estava assinado pelo Senhor Ministro do Ambiente, e logo na primeira página dizia: “condicionada à realização dos estudos sobre análise de tráfego e análise de risco, constante no ponto A, do anexo à presente Declaração de Impacte Ambiental, a efectuar pelo promotor, e a subsequente incorporação no projecto dos resultados que se obtiverem”. -----

----- Bom, isso estava escrito no documento! Não sabia como a maioria interpretava isso, viu ali o Deputado Municipal Victor Gonçalves particularmente inspirado, mas a verdade era que isso estava escrito no documento e não se podia passar uma borracha por cima disso tudo. -----

----- Portanto, a maioria, e o Sr. Prof. Carmona Rodrigues em particular, que evidentemente não estava em causa a sua honorabilidade, como nunca esteve, nem a consideração pessoal que tinha por ele, mas ele era, de facto, o primeiro responsável por essa trapalhada. Aliás, era até uma injustiça dizer que foi o Dr. Santana Lopes, porque o Dr. Santana Lopes prometeu o túnel mas o Sr. Professor é que fez isso tudo, foi ele que até aconselhou o Dr. Santana Lopes que não precisava de estudo de impacte ambiental. Não foi o PS que fez isso! O PS aconselhou a que se fizesse dizendo que na sua opinião era obrigatório mas mesmo que não fosse deveriam fazê-lo porque era uma questão de bom-senso e de boa gestão. -----

----- Isso era mera burocracia como lhes quisera fazer ali entender o Deputado Municipal Victor Gonçalves, mas quando via na Declaração a medida n.º 5 que dizia: “deverá proceder-se ao aprofundamento dos estudos hidrogeológicos”, era óbvio que isso tinha qualquer coisa a ver com a própria estabilidade dos terrenos, portanto não se podia tão ligeiramente dizer que tal era um mero pró-forma. -----

----- A verdade era que o estudo foi feito, e independentemente de ser ou não ser obrigatório do ponto de vista legal, foi aduzida uma avaliação que condicionava o Parecer favorável em várias questões que teriam que ser feitas, porque se não fossem feitas as consequências poderiam ser graves. -----

----- Portanto, entendia que deveriam deixar de fazer desta matéria uma questiúncula de arremesso partidário ... -----

----- Respondendo a vários apartes, disse que desde o início – e dirigia-se às pessoas com memória na bancada do PSD que se estavam a rir agora, porque havia pessoas com memória e com certeza eram todos sérios – o PS referiu que era contra essa obra, não estava em causa a legitimidade de a fazerem mas que fizessem um estudo!



Portanto, não foi o PS que criara esta embrulhada. O estudo foi feito com a obra já iniciada, e tirou conclusões! Mas agora o que fazer com as conclusões do estudo e com a própria Declaração de Impacte Ambiental favorável? Iam enveredar novamente pela via judicial? Não devia haver Declaração e por isso não era válida!? Bom, mas as conclusões estavam lá, portanto havia uma realidade física e material disso tudo e era uma grande responsabilidade para a maioria se resolvia ignorar isso. -----

----- Por isso, das duas uma: ou a Câmara voltava atrás e chegavam à conclusão que o PS retirara de que se calhar era melhor não haver túnel porque ele não resolvia problema nenhum e aproveitar-se o que já estava feito para fazer o desnivelamento dos cruzamentos, ou então que se fizesse o resto mas fosse cumprido o que estava na Declaração de Impacte Ambiental. Porque se não cumprissem, e oxalá nunca acontecesse problema nenhum, era evidente que a maioria teria sempre um anátema muito grande sobre ela própria. -----

----- Por tudo isso, seria importante que houvesse bom-senso a partir de agora. Quem se meteu nesta embrulhada e quem criou esta trapalhada poderia agora deslindar este nó com alguma paciência, mas fazendo as coisas bem feitas a partir desta altura. Era só isso que pediam. -----

----- **O Deputado Municipal Passos Rapoula (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que esta questão era uma vontade política, uma vontade eleitoral do Dr. Pedro Santana Lopes quando se candidatara à Câmara Municipal de Lisboa, que fez uma das suas bandeiras a construção do Túnel do Marquês. Portanto, politicamente, houve uma vontade que foi sufragada pelo povo de Lisboa sobre essa bandeira eleitoral, e que ganhou! Por conseguinte – ainda agora o PS o reconheceu – havia legitimidade política para fazer essa obra. -----

----- Mas, iniciados os trabalhos, houve depois quem, através de actos de secretaria, tentasse atrasar a obra pondo a questão judicial em cima da mesa. Depois deu-se a questão judicial, paralelamente houve algumas medidas políticas por parte da Câmara, saindo depois a decisão judicial que foi favorável à construção do túnel. Portanto, a questão judicial estava resolvida e agora vinha a oposição novamente dizer que se voltasse à parte política. -----

----- Ou seja, acabavam de dizer que a parte política foi votada pelos eleitores e agora voltavam outra vez à parte política porque perderam a parte judicial!? Andavam num ciclo de pescadinha de rabo na boca. -----

----- E quando falavam em trapalhadas o que lhe parecia era que estavam ali a assistir a alguma trapalhada da oposição toda, quando vinha tentar ganhar na secretaria quilo que perdera, quer politicamente, quer judicialmente. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, disse que o PS, na realidade, sempre o habituara a trapalhadas. Bem queria endossar as trapalhadas ao PSD, mas o que realmente achava era que o PS estava um pouco nervoso com o candidato do PSD às próximas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa. Esta é que era a realidade! -----

----- Disse, depois, que as trapalhadas que via no meio disso tudo, era que, por exemplo, arranjaram um *placard* com o putativo candidato à Câmara pelo PS em que inverteram a fotografia tirada do Alto do Parque Eduardo VII. Esta era a primeira trapalhada, invertiam tudo! Depois, na Proposta/Deliberação que apresentaram neste debate, falavam de uma rua que não existia em Lisboa, concretamente a Rua J. Augusto de Aguiar, que efectivamente não existia, não pertencia à sua freguesia e 75% do túnel passava pela sua freguesia. Aquilo que o Deputado Municipal Miguel Coelho, um homem das trapalhadas também, queria dizer era Rua Joaquim António de Aguiar e não Rua J. Augusto de Aguiar. -----

----- Depois, mais abaixo, dizia também: “a escavação do túnel prevista para debaixo da Praça Marques de Pombal”, quando, efectivamente, o túnel não passava por baixo da Praça Marquês de Pombal mas sim ao lado. -----

----- A terminar disse que falavam agora, a propósito da Declaração de Impacte Ambiental, do estudo hidrogeológico do túnel, pelo que perguntava onde estava esse estudo relativamente à construção do parque de estacionamento subterrâneo do Parque Eduardo VII, porque esse é que era o verdadeiro tampão à passagem das águas. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV entendia que após a recusa da Assembleia em perguntar aos lisboetas se estavam ou não de acordo com a construção do túnel, interessava agora assegurar que a sua construção observasse todas as condicionantes previstas na Declaração de Impacte Ambiental, não só a realização dos estudos sobre análise de tráfego e análise de risco, como também a implementação das medidas de minimização. -----

----- Entendiam, portanto, que era necessário suspender a obra até à realização dos estudos previstos na Declaração de Impacte Ambiental e por isso iriam votar a favor da Moção do BE, o que lhes parecia um pouco em contradição com o ponto três da Moção do PS já que permitia que os trabalhos prosseguissem, à superfície, na Rua Joaquim António de Aguiar. -----

----- Disse, ainda, que desejava fazer uma pergunta à Câmara, se lhe pudesse ser respondida, e que tinha a ver com a questão do ruído. A Declaração de Impacte Ambiental, a propósito da medida 7, dizia que as actividades ruidosas poderiam ter lugar no período nocturno, sábados, domingos e feriados, mediante licença especial de ruído a conceder, em casos devidamente justificados, pela Câmara Municipal de Lisboa. Também era dito que as obras tinham que se desenvolver entre as 07 e as 18 horas, e fora desse horário só com licença especial a conceder pela Câmara e era preciso justificar devidamente, pelo que o que desejava que a Câmara esclarecesse se já tinha concedido algumas licenças especiais, porque ele próprio passou lá fora desse horário e as obras estavam a decorrer e com bastante ruído. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que o que se passava em relação à matéria em discussão era o arrastar de um problema que poderia ter sido evitado se fossem ouvidas as posições que o PCP sempre colocou em relação ao Túnel do Marquês. -----

----- De facto, o PCP colocou sempre como uma necessidade a discussão da matéria referente ao impacte ambiental e todas as outras questões com isso relacionadas, aconselhando a Câmara, como fez o seu camarada Deputado Municipal Martinho Baptista no debate sobre o Estado da Cidade, a assumir a posição de cortar o mal pela raiz, ou seja, que tivesse a coragem de travar essa obra neste momento porque ela já era falhanço, um autêntico tumor dentro da Cidade de Lisboa. -----

----- Esta é que era a realidade, e isto era o acumular de encargos, era o acumular de situações que quanto mais avançavam mais se complicava o problema. -----

----- Em relação à frase muitas vezes ali utilizada da legitimidade política para fazer a obra, disse que isso também era muito negativo. Se uma pessoa dizia que se ia mandar da Torre de Belém para o Tejo tinha todo o direito de o fazer, mas desde que isso não pusesse em causa as despesas do Município. Agora, em relação a esta obra o que se verificava era o acumular do endividamento do Município e iria ser muito difícil a recuperação das finanças do Município devido a esse conjunto de problemas. -----

----- No entender do PCP, para fazer a fiscalização e acompanhamento desta obra em função da Declaração de Impacte Ambiental, a Comissão Permanente de Urbanismo, até pelo conhecimento que já tinha do processo, estava em condições de poder assumir a responsabilidade desse acompanhamento. O que seria necessário era dotá-la de todas as condições necessárias para que ela pudesse desenvolver essa tarefa, que de facto era uma tarefa da Assembleia Municipal, uma tarefa da cidade que era necessário acautelar. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (IND)**, no uso da palavra, disse que quem não conhecesse bem o processo e ouvisse algumas das intervenções feitas na Assembleia Municipal, ficaria com a ideia que estavam a discutir coisas diferentes, quando afinal não era. Estavam a discutir uma obra que foi lançada na altura da campanha eleitoral, portanto com uma legitimidade política que estava já esclarecida, que visava melhorar a circulação numa determinada zona da cidade, concretamente entre as Amoreiras e a Av. Fontes Pereira de Melo, passando pela Praça Marquês de Pombal. -----

----- Sobre essa matéria desde logo as forças de esquerda tentaram o tudo por tudo para que a obra não fosse levada a termo. Começaram com as questões dos tribunais, andaram felizes da vida quando uma sentença decretara o embargo da obra com o argumento de que era obrigatório, por Lei, o estudo de impacte ambiental, que depois se veio a verificar que não era, a obra, com prejuízo para a cidade, esteve suspensa, mas depois veio outra sentença do tribunal a dizer que afinal não era bem assim e que a obra podia continuar. -----

----- Houve um Estudo de Impacte Ambiental que foi distribuído na Assembleia e que, nas suas conclusões, dizia que o túnel podia contribuir para uma melhor fluidez rodoviária na zona, com destaque para os fluxos transversais e no sentido da saída de Lisboa, incluindo pontuais melhorias do ar e do ruído, acrescentando, ainda, que os efeitos negativos da concepção/construção do desnivelamento da Av. Duarte Pacheco, Rua Joaquim António de Aguiar e Av. Fontes Pereira de Melo eram de um modo geral de reduzida importância ambiental, social e patrimonial e verificavam-se

temporariamente. E dizia também que em termos de operação o projecto contribuiria, de uma forma muito positiva para ultrapassar algumas das principais dificuldades sentidas ao nível da situação global na área de Lisboa, melhorava os acessos globais e valorizava os aspectos sociais e económicos dessa área, e também que a análise efectuada dos níveis de risco dominantes estavam dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis. -----

----- E, perante esse estudo, tiveram posteriormente uma Declaração de Impacte Ambiental e pelo meio um célebre advogado, antes intitulado justiceiro do povo e agora candidato de uma força política à Câmara, a solicitar que o Ministério do Ambiente se pronunciasse desfavoravelmente na Declaração de Impacte Ambiental. Mas tal também não veio a acontecer. -----

----- Dizia o Senhor Ministro do Ambiente na Declaração de Impacte Ambiental: “Tendo por base o Parecer final do processo de Avaliação de Impacte Ambiental, emito Declaração de Impacte Ambiental favorável ao projecto”, condicionada depois à realização da análise de tráfego e àquelas 65 medidas, algumas das quais verdadeiramente interessantes, porque desde a recomendação do uso do capacete à limpeza do túnel, podiam ler um pouco de tudo. -----

----- Mas a conclusão que se podia tirar era que o processo foi, do ponto de vista da Câmara, conduzido como devia ser. Agira-se ao abrigo da lei, e os tribunais vieram a confirmá-lo, houve um projecto de execução que foi validado pelo Tribunal de Contas, foi depois a questão do processo judicial favorável à Câmara no que dizia respeito ao Supremo Tribunal Administrativo, e agora vinha a Declaração de Impacte Ambiental também favorável ao projecto. -----

----- Portanto, do lado da maioria tudo em ordem, do lado das oposições, aí sim, uma verdadeira trapalhada. Era um Estudo de Impacte Ambiental que era obrigatório e depois não veio a ser, era uma Declaração de Impacte Ambiental que se pedia que fosse desfavorável e depois não veio a ser, portanto aquilo que a oposição queria era pura e simplesmente que a obra não se fizesse. Contudo, ela estava a andar para descontentamento da oposição e para contentamento, sobretudo, daquela zona da cidade que estava farta da palhaçada que se tem vivido à volta do túnel, porque era de uma palhaçada que se tratava. Era necessário terminar a obra de uma vez por todas, e decisivamente, porque quando a obra estivesse concluída e a funcionar haviam de ver muitos Deputados Municipais da oposição a dizer ali “afinal eles tinham razão”. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam de novo a discutir uma problemática que tem sido habitual nas reuniões da Assembleia Municipal, que tinha a ver com a opção que a Câmara Municipal tomou de construir o denominado Túnel do Marquês. Em má hora, diziam isso desde o início, embora reconhecendo, como não podia deixar de ser, a legitimidade política decorrente de ter sido apresentada esta proposta no projecto eleitoral do PSD. Consideravam que era uma má opção para a Cidade de Lisboa, não consideravam isso de agora porquanto, desde o início, vinham dizendo que ela induzia vários erros aos cidadãos de Lisboa. -----

----- Designadamente, uma primeira constatação, em relação à qual certamente estariam todos de acordo, embora expressa de uma forma mais clara ou menos clara, era que a construção deste túnel faria sentir aos cidadãos que deveriam continuar a trazer, e se possível cada vez mais, o seu transporte individual para o interior da cidade. -----

----- Ora, isso, em termos de política ambiental, em termos de mobilidade de uma grande cidade como Lisboa, era uma informação perfeitamente contraditória e errada. Era absolutamente errado continuar a dar esses sinais aos cidadãos! Cada vez mais a Cidade de Lisboa necessitava de uma aposta efectiva na melhoria dos seus transportes públicos. O PS defendia, e defendeu sempre, que Lisboa necessitava de melhorar a sua rede de transportes públicos, porque esse era o caminho para uma sustentabilidade e o paradigma para alterar o que respeitava à mobilidade em Lisboa. E esse túnel mais não era do que um convite a que se trouxesse cada vez mais para a cidade o transporte individual. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, que procurou socorrer-se da Declaração de Impacte Ambiental para lhes trazer à colação aquilo que era o Estudo de Impacte Ambiental, leu, curiosamente, aqueles que eram alguns traços mais favoráveis, mas não leu o resto já que também havia nesse documento muitas condicionantes. Designadamente leu muitíssimo bem, e de uma forma inteligente, que uma das saudações que era feita naquele documento era que o túnel facilitaria a saída da Cidade de Lisboa. Era verdade e nisso estavam todos de acordo! Aliás, se essa obra tivesse sido pensada exactamente apenas no sentido da saída seria uma obra de que a cidade carecia, porque isso fazia todo sentido ... -----

----- A um aparte respondeu que não era exactamente a mesma coisa, porque era evidente que parar o fluxo na saída faria mais sentido já que aí sim, obviamente, facilitaria a saída da cidade. Mas, ao contrário disso, o que se estava a transmitir era que cada vez mais as pessoas utilizassem o transporte individual. -----

----- Continuando, disse que a Proposta/Resolução que apresentaram ia no sentido de que a Declaração que foi emitida era uma Declaração favorável mas condicionada. Havia condicionamentos expressos, havia condicionamentos evidentes, e não era nada claro, como procuraram dizer os Deputados Municipais Victor Gonçalves e Pedro Portugal, de que havia uma extrapolação da parte do PS, designadamente da parte do Deputado Municipal Miguel Coelho, no que respeitava à Declaração de Impacte Ambiental porque efectivamente não havia. As leituras poderiam ser diversas, mas a interpretação que o Deputado Municipal Miguel Coelho fazia, e o PS fazia também, era a interpretação correcta daquilo que emanava da Declaração de Impacte Ambiental. Não tinham dúvidas sobre isso. -----

----- Era evidente que o PSD poderia dizer que não era a leitura que mais lhe agradava, mas essa era a leitura que o PS tinha que fazer. Designadamente, quer o Deputado Municipal Victor Gonçalves, quer o Deputado Municipal Pedro Portugal, que tanto procuraram minimizar aquilo que eram as propostas do PS, não se referiram àquilo que era um dos condicionantes mais importantes, que era o estudo do tráfego, uma das peças essenciais. E também o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves não

foi a essa matéria que abordou porque era evidente que isso era uma das grandes fragilidades, e por isso mesmo não interessava tocar-lhe. Mas esse era, sem dúvida, o maior condicionamento que estava em cima da mesa porque tinha a ver com tudo aquilo que era a evolução futura. -----

----- Portanto, o PS entendia que fazia todo o sentido que a Assembleia deliberasse criar uma Comissão Eventual para acompanhar o evoluir dos trabalhos. O PS não dizia, como referia o BE na sua Moção, que exigia a imediata suspensão da obra, mas queriam que a Câmara esclarecesse aquilo que ia fazer, designadamente naquilo que a Declaração de Impacte Ambiental impunha, queriam que a Câmara explicitasse o que estava disponível para fazer, e queriam que fossem apresentados à Assembleia, designadamente a essa Comissão Eventual se ela vier a ser criada, os impactos financeiros daquilo que seria o cumprimento das exigências dessa Declaração. E isso era, obviamente, da parte do PS uma posição responsável. -----

----- O PS não queria, e ninguém os podia acusar como já procuraram fazer hoje ali, de estar a obstruir o trabalho, porque não era isso. E também não estavam a obstaculizar nada na secretaria. Estavam a fazer aquilo que fizeram desde a primeira hora, isto é, no sítio certo, na Assembleia Municipal, procurar condicionar o que era o desenvolvimento normal destas questões. -----

----- E apresentaram uma proposta para a criação de uma Comissão Eventual porque entendiam que não devia ser a Comissão Permanente de Urbanismo a fazer o acompanhamento pela simples razão de que o trabalho que se iria impor a essa Comissão Eventual era um trabalho muito exigente, e a Comissão Permanente de Urbanismo tem e deveria ter outras prioridades. Neste momento estavam numa fase em que, ao que se dizia, a Câmara Municipal estava a discutir a revisão do PDM, e portanto, obviamente, a Comissão Permanente de Urbanismo teria que ser chamada para trabalhar nessa matéria, que indiscutível e inquestionavelmente teria que ser a primeira prioridade dessa Comissão. -----

----- Portanto, do ponto de vista do PS fazia todo o sentido que se criasse uma Comissão Eventual para exclusivamente acompanhar o evoluir da situação no que respeitava ao Túnel do Marquês, porque, designadamente, a Comissão Permanente de Urbanismo a metodologia que tinha proposta para dar cumprimento a uma recomendação da Assembleia em que se recomendava que ela acompanhasse os trabalhos, era no sentido histórico, no sentido de ficar a Assembleia com um historial como que viesse a possibilitar a organização de um livro histórico sobre aquilo que era o Túnel do Marquês. Ora, não era essa, nem pouco mais ou menos, a visão do PS em relação a uma Comissão de acompanhamento. A visão, no entender do PS, teria que ser uma visão completamente para a frente. Se queriam acompanhar a execução da obra e tudo aquilo que ia sendo feito, manifestamente uma Comissão Eventual estaria muito melhor para fazer isso do que a actual Comissão Permanente de Urbanismo, que tem e deveria ter outras preocupações, outras prioridades, e não deveria ficar, apenas e tão só, dedicada a acompanhar esta obra. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, referiu que o Deputado Municipal Dias Baptista disse, e

não era a primeira vez que o fazia, que o Túnel do Marquês a única coisa que vinha fazer era chamar os carros para a cidade, pelo que lhe perguntava se não achava que os carros já estavam na cidade todos os dias, porque quem andava à hora de ponta, quer na auto-estrada de Cascais, quer na marginal, via a quantidade de carros que de manhã entravam e à noite saíam da cidade. Portanto o túnel não ia trazer mais carros para a cidade porque os carros já lá estavam. -----

----- E saberia o Deputado Municipal Dias Baptista por que já lá estavam? Porque houve uma gestão de esquerda na cidade, durante 12 anos, que fez com que entre 1990 e 2001 Lisboa tivesse perdido cerca de 100.000 habitantes, portanto pessoas que viviam e trabalhavam em Lisboa mas que graças à política da coligação de esquerda não conseguiram suportar os custos da habitação na cidade e passaram a ter que ir viver nos concelhos limítrofes, designadamente Cascais e Oeiras. -----

----- Portanto, essas pessoas passaram a vir de carro para a Cidade de Lisboa porque a coligação de esquerda não conseguiu que elas cá ficassem enquanto governou a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que julgava que o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves ia começar por onde terminou, que era dizer que a actual maioria camarária conseguiu trazer 100.000 habitantes para Lisboa. Enfim, não disse isso mas queriam saber no final quantos mais habitantes trouxe. Isto porque, recordou, esse era um dos grandes objectivos da actual maioria, designadamente do Dr. Santana Lopes e do Prof. Carmona Rodrigues, bem como do Dr. Paulo Portas, que já não estava na Câmara, mas que era também um dos seus objectivos. -----

----- Era evidente, era inquestionável, todos os técnicos dessa área sabiam que teriam que ser capazes de inverter aquela que era a maioria dominante no que respeitava à mobilidade, todas as grandes cidades estavam a ser confrontadas com essa situação, e Lisboa estava a fazer exactamente o inverso daquilo que teria que fazer, que era criar condicionamentos que dificultassem o acesso do transporte individual à cidade. Não estavam a dizer que se proibisse a entrada do transporte individual na cidade, mas teriam que ter uma política que levasse a que os cidadãos passassem a apostar no transporte colectivo, o que se fazia criando condicionamentos à entrada do transporte individual. -----

----- Quanto à argumentação de que os automóveis já estavam na cidade, disse que os automóveis estavam progressivamente a aumentar como todos sabiam, o parque automóvel, felizmente porque isso era um reflexo da melhoria da qualidade de vida dos portugueses, aumentou significativamente. Havia hoje mais automóveis particulares em Portugal porque havia necessidade de investimento por parte dos cidadãos e porque isso, sabiam todos, significava uma questão de estatuto. E também aí teriam que procurar mudar, teriam que explicar às pessoas que era necessários inverter essa política, e, portanto, com este túnel estavam a dar sinais completamente contrários àqueles que uma cidade sustentável necessitava. -----

----- Por isso o PS dizia que era um erro este túnel. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que aquilo que estavam a discutir poderia ser visto de muitos ângulos. O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, com a sua habilidade, colocou a questão de vários ângulos, mas estavam a discutir uma coisa séria. Ninguém punha em causa, até porque era do conhecimento público, que o PSD se apresentara a eleições prometendo fazer este túnel, ninguém tinha dúvidas e tinha legitimidade democrática, uma vez que ganhou as eleições, para isso. -----

----- Agora, o problema que estava em causa não era esse. O problema que estava em causa era que se o partido A apresentasse nas próximas eleições autárquicas uma proposta para construir um arranha-céus num sítio qualquer, depois não podia chegar ali e dizer que tinham sido legitimados para isso porque com todo o direito a oposição podia perguntar pelo projecto, pelos responsáveis, pelos acessos, etc., a que evidentemente responderiam que tinham sido legitimados nas urnas. Mas a legitimação nas urnas não punha em causa a legislação do País, portanto falaria agora da legislação do País. -----

----- A legislação do País dizia que, isto era controverso naturalmente, já passara por várias fases, se era preciso ou não estudo de impacte ambiental. Houve quem achasse que não, houve quem achasse que sim, e nessa controvérsia neste momento achava-se que sim. Isto era do ponto de vista da análise objectiva e era assim que o projecto estava a ser analisado. -----

----- E se achava que sim tirava conclusões e dizia: “nós damos autorização de acordo com o impacte ambiental, condicionado a, dois pontos, e punha duas condições que eram fundamentais”. Poderiam ridicularizar isso dizendo que até se referia que era preciso ter botas para andar na obra e que era preciso um capacete! Podiam ridicularizar tudo porque o documento tinha muitas páginas, mas não dava para entender, quando se dizia que era condicionado a duas coisas centrais que eram para colocar no projecto, que o Prof. Carmona Rodrigues, que como ele também tinha formação na área da engenharia, como era que se alterava um projecto com a obra feita! Bom, estariam a brincar como os meninos a fazer de médicos e de bebés porque se a obra estava feita iam alterar o projecto para quê? Portanto se diziam que achavam que a obra podia continuar mas estava condicionada a alterar o projecto, era óbvio que depois da obra feita não a iriam partir porque isso custava três vezes mais do que alterar agora. -----

----- Por isso, se se dizia na Declaração para alterar o projecto, tal só podia ter uma leitura, era suspender-se o que se estava a fazer para se corrigir aquilo que os estudos diziam que tinha que ser corrigido. Em termos de engenharia nunca encontrou outra forma: o projecto tinha que ser alterado, portanto tinha que se suspender para se corrigir o que tinha que ser corrigido. Isto porque o projecto era sempre anterior à obra e não depois da obra. -----

----- Por conseguinte, a proposta do BE era que naquilo que era essencial a obra tinha que terminar. -----

----- Mas já que o PS estava muito preocupado com o radicalismo do BE, desejava dizer que não tinham nada contra que o túnel terminasse na Rua Joaquim António de



Aguiar, até estavam de acordo com o túnel naqueles cruzamentos antes dessa rua pelo que se era esse o problema faziam uma alteração à Moção, acrescentando ao ponto 1 da parte deliberativa, imediatamente a Doutor Francisco Nunes Correia: “permitindo apenas a conclusão das obras à superfície da Av. Joaquim António de Aguiar para diminuir o impacto negativo na vida dos cidadãos”. -----

----- Mas o resto da obra estrutural não a entendia do ponto de vista da engenharia pelo que desejava que o Engenheiro Carmona Rodrigues explicasse como era que do ponto de vista da engenharia se alterava um projecto fazendo a obra, porque se o estudo disser que as faixas de saída eram menores do que as de entrada porque o trânsito era menor durante o dia e só depois tinham que se aumentar as faixas de saída, depois ia-se lá alterar os pilares para tirar uma faixa de um sentido para o outro? Ou se o estudo tivesse mais outras condições para inserir no projecto, depois de estar tudo feito ia-se desfazer para voltar a fazer de novo? -----

----- Realmente teria que haver alguém que lhe conseguisse explicar que um projecto se fazia depois da obra! -----

----- Portanto, das duas uma: ou esta Declaração contava do ponto de vista legal ou não contava, e se contava não podia ter outra leitura, independentemente de outras coisas de pormenor que se pudessem fazer, que não eram estrutura da obra, porque no que era estrutura da obra só podia haver uma leitura, não podia haver duas. -----

----- Continuando, disse que já ali referiu que o BE estava de acordo que houvesse um túnel, propuseram um túnel também, só que não era este. O problema era que resolviam ali o problema de um afunilamento e depois, mais à frente, criavam um afunilamento pior. Este era um problema que sempre ali aprenderam! Quando se estava a procurar as soluções para um problema, o problema que neste caso estava colocado era que estavam a facilitar a entrada quando o túnel que propunham era para facilitar a saída de cidade e que custava bastante menos que este que a Câmara estava a fazer. -----

----- Portanto, esse problema tinha a ver com facilitar os transportes públicos, dar-lhe prioridade, porque do que Lisboa precisava, decisivamente, era que houvesse coragem para dizer que na rua A, B, C, D, E, F, H, I, J, K, depois de um estudo sério, só passavam transportes públicos, excepto os moradores que, obviamente, teriam que ter acesso às suas casas! É que assim as pessoas quando tivessem que ir a tal sítio sabiam que tinham que apanhar o transporte público porque não podiam ir lá de carro. Isso é que era uma análise de tráfego e de mobilidade para dar qualidade de vida aos cidadãos. Agora, se não se fazia um centímetro de corredor BUS na cidade não era com este túnel que se ia resolver este problema porque ele só iria meter mais carros em Lisboa. -----

----- Quanto à questão da Comissão, disse que não tinham nada contra que fosse uma Comissão Eventual, como propunha o PS, ou que fosse a Comissão Permanente de Urbanismo, como propunha o PCP. O BE achava que as duas Comissões tinham a mesma soberania já que emanavam da Assembleia com os mesmos Deputados Municipais. Portanto, a única diferença só poderia resultar do ponto de vista prático. A Comissão Permanente de Urbanismo tem acompanhado este assunto, aliás até já fez

um estudo interessante que foi distribuído à Assembleia e era de saudar esse esforço que a Comissão fez, e portanto parecia-lhes bem. Mas, de facto, encontravam alguma pertinência em questionar-se se a Comissão Permanente de Urbanismo iria conseguir fazer tudo. -----

----- Por exemplo, foi hoje ali dito que brevemente viria à Assembleia o Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e zonas envolventes, que com certeza teria que passar pela Comissão, estavam também à espera de planos de pormenor de Alcântara e outras zonas mais, para além da revisão do PDM. E a sua dúvida era apenas quanto à eficácia, porque, de resto, todos os Deputados Municipais tinham legitimidade para pertencer a uma Comissão, e todas as Comissões que emanavam da Assembleia eram legítimas. -----

----- Por isso, do ponto de vista da eficácia, o BE não via problemas que houvesse uma Comissão que acompanhasse, em específico, a questão do túnel, para que depois a Comissão Permanente de Urbanismo não conseguisse acompanhar a matéria ou então tivesse que fazer três ou quatro reuniões por semana, o que como era evidente a maioria dos Deputados Municipais não podia fazer porque não eram funcionários nem políticos a tempo inteiro. -----

----- Em suma, apenas do ponto de vista da eficácia o BE entendia que não era mal visto haver uma Comissão Eventual para acompanhamento da obra do túnel. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria começar por enaltecer o esforço que a oposição ali fazia no sentido de reverter uma situação que lhe foi manifestamente desfavorável. -----

----- Primeiro foi a questão jurídica resolvida pelos tribunais! Acabaram de ouvir o Deputado Municipal Carlos Marques a procurar ressuscitar a questão jurídica quando ela estava morta e enterrada nos órgãos de soberania, que são os tribunais portugueses. -----

----- Depois foi suscitada a questão ambiental. Legitimamente a oposição tinha a expectativa de ter uma decisão favorável ao nível do Estudo de Impacte Ambiental e porventura esperava uma Declaração de Impacte Ambiental que fosse desfavorável, quando o que sucedia, se lessem bem o que nela estava, era impossível que houvesse uma decisão desfavorável, e o Ministro do Ambiente, naturalmente, deu uma Declaração favorável, evidentemente condicionada a um conjunto de questões que foram entendidas ser colocadas por quem procedera ao estudo. -----

----- Disse que não era perito na matéria mas deu-se ao cuidado de ler as medidas propostas, e tinha que referir que elas eram, na sua grande maioria, de uma vacuidade atroz, dando a ideia de terem sido feitas a correr, de terem sido feitas à pressa e não terem tido em atenção os verdadeiros problemas que pudessem existir na obra. -----

----- Fazia bem a Câmara, no entanto, em porventura não se conformar com alguns aspectos que constavam dessas medidas, porque, no mínimo, seriam controversas e deveriam ser analisadas e se necessário postas em causa pela Câmara com os poderes que tinha. -----

----- Referiu que a Declaração de Impacte Ambiental era muito clara quanto aos efeitos dos estudos que propunha, e de maneira nenhuma decorria daí que tivesse que

haver suspensão dos trabalhos. Por todas as voltas que desse a oposição, o que daí resultava era que esse estudo deveria ser efectuado e subseqüentemente incorporado no projecto. Incorporado, sublinhou! Portanto, nada obrigava a que houvesse suspensão dos trabalhos, pelo que seria bom que não se tentasse agora criar ali uma situação, mais uma vez procurando reverter uma decisão que foi desfavorável aos objectivos da oposição, que era parar a obra, obra que ali foi classificada, pela própria oposição, como a obra do regime. Era parar a obra para que pudessem tirar dividendos políticos nessa matéria. -----

----- Por fim, disse que a maior garantia da qualidade desta obra, a maior garantia de que os aspectos de segurança de qualidade que tiverem que ser tidos em conta seriam garantidos pela Câmara, era a figura do seu Vice-Presidente, Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- **O Deputado Municipal João Almeida (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que gostava que o orador anterior lhe explicasse onde era que estava a vacuidade na análise de tráfego, que passava a ler: “Realização de um estudo de tráfego efectivo de acordo com o referido no Parecer técnico sobre análise de tráfego em anexo ao Parecer da CA, e incorporação dos seus resultados no projecto de execução”. E: “Análise de risco – Realização de uma análise de risco exaustiva, de natureza quantitativa e probabilística, para as situações classificadas como tendo um potencial de risco significativo e uma incerteza elevada de acordo com o referido Parecer técnico.” -----

----- Portanto, vacuidades!? Pessoalmente não via aí vacuidades, o que via era preocupação no sentido de que a obra fosse bem feita. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (BE)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que da sua parte nunca ninguém o ouviria referir que um despacho ministerial, fosse de que Ministro fosse ou de que partido fosse, tinha vacuidades. -----

----- Por outro lado, onde referira que havia vacuidades era nas medidas propostas. Naturalmente o Deputado Municipal João Almeida estava desatento, mas se quisesse ouvir o registo ou ver depois a acta, concordaria que foi isso que disse. Até porque nada resultava do estudo de análise de tráfego, era uma constatação de facto, era uma referência a que tinha que ser feito. -----

----- Mas se queria que apontasse vacuidades referia, por exemplo, que na página 8 não podia deixar de achar extraordinário que se mostrasse preocupação (medida 25) com fotos da época que mostrassem o que foi a evolução da zona da Praça do Marquês de Pombal ao longo dos séculos. Parecia-lhe, de facto, que era uma matéria importante com a qual quem fazia o Estudo de Impacte Ambiental se deveria preocupar. -----

----- E se quisesse mais vacuidades falaria também no procedimento do tratamento plástico do túnel, que não sabia se tinha a ver com os tais azulejos que encareceram alguns túneis da cidade e que alguém porventura ganhou notoriedade eventualmente e não mais do que isso. Não sabia igualmente se vacuidades eram, numa matéria importantíssima que era a consulta pública, que era de Lei como companheiros seus já

referiram, que na página 11 se dissesse apenas, citou: “No âmbito da consulta pública foram apresentadas sugestões (pergunto quais?) que deverão ser analisadas, caso a caso, (quais?) devendo ser introduzidas as que se considerem pertinentes (quais?) e possíveis (quais?) devendo apresentar-se uma justificação daquelas que não forem implementadas.” -----

----- De facto, achava isso fantástico numa matéria de grande relevância para todos, que era a qualidade e a segurança de um túnel, que em matéria de consulta pública a entidade que procedera à Declaração de Impacte Ambiental fizesse uma referência às medidas e às propostas apresentadas na consulta pública de uma forma tão pouco cheia e completamente vazia. E daí as vacuidades. -----

----- Não ia perder mais tempo a citar, mas se o Deputado Municipal João Almeida quisesse poderiam conversar lá fora sobre as vacuidades deste estudo. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, novamente no uso da palavra, disse que há pouco o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves referira que os acessos à cidade tinham provocado a saída de população Lisboa para a periferia, pelo que lhe queria dizer que devia analisar os estudos do Instituto Nacional de Estatística para ver que de 2001 a 2003 saíram da Cidade de Lisboa 25.000 habitantes. E isso era no mandato da coligação de direita! -----

----- Em relação aos anos anteriores, na altura da coligação de esquerda, saíam por ano 9.000 o que queria dizer que a coligação do direita aumentara a saída da população para a periferia desde que estava na Câmara Municipal de Lisboa. Essa era a realidade, não valia a pena inventar! -----

----- Depois, disse que para recordar ao Deputado Municipal Saldanha Serra apenas lia uma passagem da Declaração de Impacte Ambiental, onde se referia: “Tendo por base o Parecer final do processo de avaliação do estudo de impacte ambiental, emito Declaração de Impacte Ambiental favorável ao projecto de desnivelamento da Av. Duarte Pacheco, Rua Joaquim António de Aguiar e Av. Fontes Pereira de Melo (Túnel do Marquês) apresentado em fase de projecto de execução, condicionada: à realização de estudos sobre análise de tráfego e análise de risco constantes no ponto A no anexo à presente Declaração de Impacte Ambiental.” -----

----- Nesse sentido pensariam que todos andariam bem se a Câmara fosse capaz de assumir com coragem aquilo que o PCP já propunha há longo tempo, que era parar a obra no desnivelamento da Rua artilharia Um porque dessa forma ficaria resolvido este problema que de outra forma nunca mais tinha fim. -----

----- Sobre a questão da Comissão Eventual, disse que todos sabiam as dificuldades que havia, em termos de participação nas comissões por parte de muitos Deputados Municipais, que muitas vezes nem sequer compareciam nas reuniões das mesmas, pelo que, nesse sentido, o PCP entendia que ao criar-se mais uma Comissão estariam a criar mais dificuldades à participação dos Deputados Municipais. Ainda por cima essa Comissão Eventual teria que iniciar tudo de novo, quando existia uma Comissão Permanente já com muito trabalho feito. -----

----- Nesse sentido, entendiam que a constituição de uma Comissão Eventual era prejudicial a esta matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que um dos argumentos do Deputado Municipal Joaquim Cunha para não se aprovar a constituição de uma nova Comissão Eventual tinha a ver com o facto da Comissão Permanente de Urbanismo já ter trabalho feito sobre esta matéria, pelo que lhe perguntava se tinha conhecimento de algum trabalho. É que dessa Comissão o trabalho que havia feito era uma proposta de metodologia que foi distribuída, e isso era a única coisa, não havia mais nada. -----

----- Isso não era trabalho feito e não havia rigorosamente mais nada! -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista sabia perfeitamente que não era assim, como sabia perfeitamente que a Comissão Permanente de Urbanismo tinha efectivamente muito trabalho feito sobre a matéria em discussão. -----

----- Por outro lado, em termos de Comissão Eventual, também se poderia colocar a questão da qualificação das pessoas que compunham a Comissão Permanente e que estavam em condições para continuar a desenvolver esse trabalho. Não havia qualquer recusa do PCP à constituição da Comissão Eventual, mas parecia-lhes que iam dar trabalho a alguns Deputado Municipais quando esse trabalho já existia, porque efectivamente já existia muito trabalho feito. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, novamente no uso da palavra, disse que depois da intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho chegou à conclusão que de facto tinham o mesmo documento para ler, só que o liam de maneira diferente. O Deputado Municipal Miguel Coelho ficara completamente estarrecido com o estudo hidrogeológico mas convinha ler até ao fim para ver o que se passava. Porque se destacava, por exemplo, como pontos potenciais para análise uma emergência que ocorria na cave do Hotel Ritz, duas nascentes e um furo que existiam no interior da Estufa Fria e, caso fosse possível, os piezómetros já instalados. -----

----- Ou seja, já havia uma preocupação da parte de quem estava a fazer a obra para tratar esse assunto. Este estudo julgava ser de juntar mais algumas coisas, mas isso já lá existia. -----

----- E, por fim, estava escrito: “estes estudos e trabalhos de prospecção poderão não condicionar a progressão da obra mas devem constituir uma base para soluções específicas que se verifiquem necessárias”. Portanto, isso não lhe parecia assim tão importante, mas foi o que o Deputado Municipal Miguel Coelho arranjava de mais importante em todo o estudo. -----

----- Mas havia dois assuntos que desejava esclarecer melhor, e aí fazia-lhe falta o Parecer da CA, quer em relação à análise de tráfego, quer em relação à análise de risco. -----

----- É que, de facto, o Deputado Municipal Miguel Coelho, que tinha a responsabilidade de falar sobre estes assuntos como ele tinha a responsabilidade de falar sobre coisas de medicina ou de direito, mas como não podia falar sem saber

pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que lhe obtivesse esse anexo ao Parecer do CA quanto à análise de tráfego e a análise de risco. -----

----- Disse, ainda, que ouviu ali dois anátemas, o primeiro dos quais que a Assembleia não teve coragem de deixar os cidadãos de Lisboa exprimirem-se sobre esta obra, em relação ao que diria que a quem quis fazer o referendo é que teria faltado a coragem já que estiveram três anos à espera para propor na Assembleia Municipal que se fizesse o dito referendo, e o segundo era que o Deputado Municipal Joaquim Cunha falou que esta obra era um tumor, e quanto a isso só tinha a dizer que era um tumor e iria continuar a ser enquanto a oposição andasse permanentemente a tentar boicotá-la porque assim nunca mais acabava. Mas a responsabilidade seria da oposição. -----

----- Por outro lado, também houve ameaças de responsabilidade por eventuais decisões ali tomadas, se não estava em erro pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, ao que respondia que ali tinham responsabilidades políticas e não podiam ser responsáveis pela obra. Ele, por exemplo, para ser responsável pela obra teria que lá estar a tempo inteiro e não era pago para isso. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que estava com grande interesse em ouvir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, que certamente lhes iria dizer alguma coisa sobre esta matéria, enfim, não sabia porque não tinha participado no debate até agora porque teria sido mais rico para todos, mas o Deputado Municipal Ferreira Pereira pôs-lhe a questão da Declaração de Impacte Ambiental, e ela efectivamente tinha muitas coisas. Uma de grande preocupação, outras de lana-caprina não dizia que não, outras que estariam a ser implementadas, outras ainda que eram medidas temporárias enquanto a obra decorria e outras pós obra. -----

----- Mas a parte que lhe leu respeitava à medida n.º 5 e não à Declaração de Impacte Ambiental no seu conjunto, era preciso que se entendessem. A medida n.º 5 é que dizia que estes estudos e trabalhos poderiam não condicionar a progressão da obra mas deveriam constituir uma base para soluções específicas que se verificassem necessárias. -----

----- No entanto, nas primeira folha da Declaração de Impacte Ambiental – isso era taxativo – dizia-se: “à realização de estudos sobre análise de tráfego e análise de risco, constantes no ponto A do anexo à presente Declaração de Impacte Ambiental, a efectuar pelo promotor e a subsequente incorporação dos resultados que se obtiverem”. -----

----- Portanto, teriam que se fazer esses estudos para depois se incorporarem no projecto, se a Câmara assim entendesse continuar. -----

----- No entanto, desejava meter mais um dado que não referira na sua intervenção: é que ainda não estavam orçamentadas essas medidas todas que iam ser implementadas, portanto teriam que saber o impacto que isso tinha no custo final da obra. Como era sabido esse orçamento tinha sido aprovado já muito em cima do limite legalmente possível, e conseqüentemente era preciso conhecer isso porque era outra questão também importante. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que se falou no ponto 5 foi precisamente porque foi esse o exemplo que o Deputado Municipal Miguel Coelho deu das coisas terríveis nessa resolução. E falou só dessa, porque se pretendesse falar em mais que estivesse à vontade porque, desde que houvesse tempo, estava à vontade para discutir todos os assuntos desta Declaração de Impacte Ambiental. -----

----- Quanto à análise de tráfego e à análise de risco, repetia o que já disse, isto é, que o Deputado Municipal Miguel Coelho era responsável nestes assuntos como ele era noutras coisas, no sentido de que, como disse, não poderiam ser responsabilizados nem que fossem tontinhos. Já pediu que lhe fosse fornecido o anexo da Declaração de Impacte Ambiental para justamente poder falar à vontade, mas o Deputado Municipal Miguel Coelho aproveitava para falar à vontade sobre esse assunto, devido à tal irresponsabilidade política de que falara, e tirar dividendos políticos disso. -----

----- **O Senhor Presidente** solicitou ao Deputado Municipal Ferreira Pereira que requeresse, por escrito, aquilo que acabara de referir. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que era com o maior gosto que estava de novo a falar do Túnel do Marquês, e fazia-o com empenho, com dedicação e com gosto. Ao contrário do que alguns pudessem imaginar que este era um assunto que o saturava e cansava, não era! Aliás, aproveitava para dizer que cada vez estava mais afeiçoado a estas discussões e ia redescobrimo maiores e melhores motivos para que esta obra tivesse começado. -----

----- Sem ser exaustivo, pretendia recordar um pouco aquilo que era o essencial no processo de construção do túnel. O túnel foi apresentado como uma proposta eleitoral claramente aos portugueses, e não se lembrava que os partidos da oposição, na altura, tivessem vindo a propor qualquer coisa que fosse a sua não construção. Não se lembrava de facto! -----

----- De qualquer modo, essa foi a proposta incluída num programa eleitoral que merecera o voto de confiança dos lisboetas, e depois disso foi elaborado um projecto e um caderno de encargos como disse o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho. Não sabia quantas das pessoas presentes na Sala já tiveram a experiência de fazer um caderno de encargos, pessoalmente já fez muitos e com muito gosto, eram peças muito importantes, mas neste caso não teve o prazer de fazer o caderno de encargos já que ele foi muito competentemente resolvido pelos funcionários e técnicos da Câmara Municipal. Mas teve pena por não ter estado ligado dessa forma a esta obra. -----

----- Ele foi objecto do concurso internacional que foi conhecido, foi feita a adjudicação, teve o visto do Tribunal de Contas, e foi feita, pela primeira vez desde que saíra a Lei da Participação Procedimental em 1995, a aplicação dessa Lei, já que esteve em audiência pública para apresentação de sugestões ou críticas durante 30 dias. -----

----- Depois, foi entendido pelos serviços técnicos da Câmara, pelos serviços jurídicos da Câmara, por si próprio, valesse o que valesse a sua opinião, e pelo Ministério do Ambiente que não era preciso o Estudo de Impacte Ambiental – e isso era preciso reter – porque a Directiva europeia sobre os estudos de impacte ambiental transposta

para a legislação nacional tipificava claramente quais as obras que, tendo à partida tinham determinadas características, careciam de Estudo de Impacte Ambiental. Esta obra não estava lá, portanto os serviços técnicos e os serviços jurídicos da Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério do Ambiente, que tutela esta área, disseram todos clara e inequivocamente que esta obra não carecia desse estudo. -----

----- E a obra começou! A obra começou e às tantas foi entendimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal que faria o Estudo de Impacte Ambiental, para não se pensar que estavam com receio de críticas ou se estavam a furtar a alguma coisa, como algo de que se tivessem esquecido de importância transcendental na área do ambiente que não ficasse contemplada. Portanto, foi feito por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara o Estudo de Impacte Ambiental, assim como também foi por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara a submissão ao Ministério do Ambiente para abertura de um processo de avaliação de impacte ambiental. E isso foi feito. -----

----- O tribunal, como era conhecido, veio dar razão à Câmara em todos os aspectos, todos, sublinhou, que tinham sido levantados e que motivaram a paragem da obra durante oito meses e meio. A paragem de qualquer obra lesava sempre e esta lesava de uma forma desmedida, desnecessária e despropositada milhares e milhares de lisboetas e de portugueses que vinham a Lisboa todos os dias. -----

----- Referiu que ontem mesmo o Sr. Presidente da Câmara teve ocasião de apresentar em Câmara, não porque isso servisse de consolação mas para que ficasse registado na memória da cidade, porque muitas obras desta natureza, rodoviária e de túneis, de executivos anteriores, foram feitas quase todas sem estudo de impacte ambiental, sem visto do Tribunal de Contas, sem apresentação de telas finais, com sobrecustos enormes com mais de 100%, com tudo e mais alguma coisa. E com desrespeito das regras mínimas: por exemplo, em relação ao PDM, em termos de vias de circulação, de larguras, de larguras de separadores, do número de abrigos, do números de passagens de emergência. Tudo isso foi exposto para que ficasse registado na memória de que a obra do Túnel do Marquês a todos os títulos foi exemplar. -----

----- Continuando, disse que via ali três posições bastante diferentes. Diria que a mais coerente, se assim se podia chamar, apesar de tudo era a do PCP que dizia que esta obra era um erro. Aceitava! Seriam os portugueses e os lisboetas a julgar isso no futuro, mas aceitava, era uma posição subjectiva, discutível, e seria legitimada mais tarde pela opinião dos portugueses e dos lisboetas se essa obra era um erro ou não. ----

----- Já o BE vinha dizer que se deviam suspender imediatamente as obras, mas era curioso verificar que o recém-nomeado candidato independente pelo BE, que durante todo este tempo disse que era um homem de Lisboa interessado em questões cívicas, era notícia nos jornais que andava a ser “namorado” – era a expressão dos meios de comunicação – há mais de um ano pelo BE para ser seu candidato, pelo que ficavam na dúvida se os seus intentos eram meramente cívicos ou se eram políticos. -----

----- Por outro lado, o PS aprovara ali com larga maioria um projecto para o Parque Mayer, em Fevereiro deste ano, mas agora o seu candidato vinha dizer que não queria aquele projecto, que queria outro. O candidato do PS tinha em *outdoors* pela Cidade de Lisboa que tinha projectos com princípio, meio e fim, mas o PS na Assembleia



dizia que queria projectos com princípio, com meio, mas não queria o fim, pelo que desejava saber exactamente em que linha estavam. -----

----- Seguidamente, disse que era objecto deste ponto da Ordem de Trabalhos a Declaração de Impacte Ambiental e a eventual nomeação de uma Comissão para acompanhar as obras do túnel. A Declaração de Impacte Ambiental, como ali já se disse e era preciso reter, depois dessa tramitação toda de que lembrava que não era exigível do ponto de vista da legislação nacional e europeia nesta matéria, mas foi feito no sentido de se aceitarem as condições que fossem impostas, e estavam a ser, no entanto essa Declaração convinha dizer que não era desfavorável, era favorável, e era favorável mediante a introdução de algumas medidas chamadas de minimização ou mitigação. Supunha que muitas delas eram de mitigação para salvar a face do PS! -----

----- Disse, ainda, que a obra do Túnel do Marquês tem sido exemplar do ponto de vista da execução. Não só do ponto de vista de procedimento administrativo com que foi conduzida, irrepreensível e isso era testemunhado pelo tribunal, mas também do ponto de vista da construção. Não houve até agora um acidente, um deslizamento, um imprevisto, um acidente de obra. Não houve! Graças a Deus, não houve, mas podia ter havido. -----

----- Estava-se a lembrar de outras obras em Lisboa, e fora de Lisboa, que deram muitos problemas. Por exemplo o Túnel do Terreiro do Paço, na altura de um Governo socialista e de maioria socialista também em Lisboa, que deu os problemas que deu e ainda estava a dar porque estava longe de ficar resolvido. Não teve estudo de impacte ambiental como não teve muitas das questões que estavam hoje a ser ali levantadas e, no entanto, deu os problemas que deu. -----

----- Pelo facto de ter estado em funções governativas, teve oportunidade de acompanhar outra obra não menos polémica, a da chamada Ponte Europa ou Ponte Rainha Santa Isabel, em Coimbra, que era da altura do Governo do PS e em que a Câmara de Coimbra era também PS. Essa obra merecera um relatório do Conselho Superior de Obras Públicas, que no seu primeiro parágrafo dizia: “Este é o exemplo de como uma obra não deve ser planeada, não deve ser projectada e não deve ser executada”. Mas esta obra do Túnel do Marquês não se assemelhava nada a essa, antes pelo contrário! -----

----- Prosseguindo, disse que foi ali dito que esta Comissão era para poder acompanhar a execução da obra, sabia que muitas têm sido as visitas de pessoas anónimas, de técnicos portugueses e de técnicos estrangeiros, não sabia quanto Srs. Deputados Municipais já foram visitar também a obra, mas devia enaltecer ali a iniciativa do Sr. Arqtº, Deputado Municipal Silva Dias, Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, que numa reunião em que ele próprio esteve na Assembleia lhe pediu para promover a visita dos Deputados Municipais dessa Comissão. Imediatamente endereçou esse pedido ao Vereador competente, e supunha que estaria a ser tratado para que pudessem ir visitar a obra. -----

----- Sobre a análise de risco, que era uma das medidas da Declaração de Impacte Ambiental, perguntou onde estava essa análise de risco em tantas outras obras da Cidade de Lisboa, por exemplo quando se falava agora que o Governo queria fazer

um novo aeroporto fora da cidade. Que trouxessem esse assunto ali para ver em que medida os tais milhares de pessoas que saíram de Lisboa podiam ou não vir a aumentar com a saída de um aeroporto internacional para fora da Cidade de Lisboa. Exigiam ou não que se fizesse desde já um estudo de risco para uma solução dessa natureza? É que, isso sim, mexia com a cidade, era do interesse da cidade e convinha acautelar, atempadamente, as suas possíveis consequências. -----

----- Mas quando se dizia que a Câmara nada fez para trazer de volta pessoas à cidade, tinha que dizer que havia coisas de base que foram feitas mas que não deveria haver uma inversão dessa tendência sem que estivessem feitas, como era, por exemplo, o esforço na reabilitação urbana que hoje, dissessem o que dissessem, na rua era constatado por toda a gente, como na constituição de sociedades de reabilitação urbana, que ainda estavam a dar os primeiros passos mas que eram fundamentais também para isso. E as Autoridades Metropolitanas de Transportes, que estava também a dar os primeiros passos, já fizeram os seus primeiros planos, e sem elas também não era possível planear de forma integrada os transportes para melhor servir a mobilidade das pessoas. Também a proposta do arrendamento, fosse a do anterior ou a do actual Governo, mas foi o anterior que teve a coragem de avançar em definitivo com uma proposta para que fosse de facto revista a Lei do Arrendamento, mas eram tudo medidas sem as quais não era possível fazer o repovoamento da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que a obra do Túnel do Marquês, quer quisessem, quer não, era uma obra que foi exemplar do ponto de vista da sua condução e preparação administrativa, tem sido exemplar do ponto de vista da construção, não tivessem sido os oito meses e meio que esteve parada, pelas razões que se conheciam, e estaria concluída, mas que ninguém tivesse dúvidas que todas as medidas que estavam na Declaração de Impacte Ambiental seriam seguidas e não seriam, seguramente, motivo para alterar na sua substância o projecto, e que quanto mais rapidamente se concluir o projecto mais rapidamente poderiam avaliar se foi ou não foi um erro, se foi ou não foi bom para a Cidade de Lisboa e que consequências teve. -----

----- Mas misturar guerras políticas com questões meramente técnicas e de utilização prática do dia-a-dia das pessoas, era um erro em si. -----

----- Por fim, disse que estava a falar desta matéria e a lembrar-se de uma história muito engraçada passada numa escola primária onde um professor perguntou a um aluno de que cor era a ebonite e o aluno respondeu: “a ebonite, a ebonite é branca” e o professor, com muita vontade que o aluno respondesse bem, disse: “bem, branca sim, amarelada, por vezes castanha, quase preta”. Alguns dos Deputados Municipais quase lhe pareciam essa acção do professor, queriam que a realidade fosse uma coisa, mas ela não era. -----

----- Seguidamente, dado o adiantado da hora, antes de dar a palavra ao orador seguinte o **Senhor Presidente** submeteu à votação a continuação desta Sessão por mais uma reunião, tendo a Assembleia deliberado aprovar a prorrogação, por unanimidade. -----

----- Depois, como o Sr. Vice-Presidente se preparava para abandonar a Sala, disse-lhe que tinha um protesto e dois pedidos de esclarecimento à sua intervenção, e que se saía não ficava ninguém para responder. -----

----- A um aparte disse: o PS recusasse a continuar a reunião na ausência do Sr. Vice-Presidente? -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em protesto contra a intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara, disse que nunca esperou que o Vice-Presidente da Câmara, Prof. Carmona Rodrigues, fosse ali dizer coisas que não correspondiam à verdade. Nunca lhe passaria pela cabeça vir dizer que o Prof. Carmona Rodrigues foi candidato a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na sua qualidade de independente, para um dia mais tarde poder vir a ser Ministro das Obras Públicas. Nunca o disse nem nunca o diria! -----

----- Portanto o debate político teria que ser feito com seriedade e verticalidade. -----

----- Pessoalmente é responsável político da Concelhia de Lisboa e responsável pelo convite ao Dr. José Sá Fernandes. Indagaram junto do Dr. José Sá Fernandes, como já escreveram oficialmente para os jornais, no dia 14 de Março, se ele estaria disponível para encabeçar a lista do BE à Câmara Municipal de Lisboa, portanto não fizeram nenhum namoro com o Dr. José Sá Fernandes até então, nem ele nunca os namorou ou contactou. Era preciso repor a verdade para que não se dissessem coisas que não eram verdade. -----

----- Conseguir nos tribunais ganhar várias lutas, e inclusivamente agora um Ministro vinha dar razão exactamente àquilo que o Dr. José Sá Fernandes colocara quando fez a acção cautelar, entendia que era complicado explicar isso, mas era preciso que tivessem clareza: não era por acaso que 130 personalidades de Lisboa, dos mais variados quadrantes políticos, desde António Barreto, Ribeiro Teles, Miguel Esteves Cardoso, Fonseca e Costa, etc., que apelavam a uma pessoa para ser candidato. Era porque, independentemente de ter coisas mais certas ou mais erradas como a todos acontecia, ele teve durante todo este tempo uma coisa que foi certa: a coragem de lutar para que houvesse coisas boas na cidade. Bem ou mal, teve essa coragem! -----

----- Disse, ainda, que o Senhor Presidente da Junta do Lumiar falara ali da inauguração da Quinta das Conchas pela Câmara Municipal de Lisboa, o que era verdade. Só tinha uma diferença, é que os moradores não convidaram a Câmara mas sim o advogado José Sá Fernandes quando pôs uma acção contra a Câmara por não proteger essa quinta, e perguntou quem eram aqueles senhores que lá estavam. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** disse que o PS ia abandonar a Sala porque consideravam que o comportamento do Sr. Vice-Presidente da Câmara era inaceitável. Ele usou da palavra durante 12 minutos, falara sobre o ponto da Ordem de Trabalhos que estava em debate cerca de 4 minutos, e falou 8 minutos sobre assuntos que não estavam na Ordem de Trabalhos, designadamente – e fez sinal à Mesa nesse sentido – desrespeitando aquilo que dizia o Regimento. O n.º 2 do artigo 45º do Regimento dizia: “Quando o orador de afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é advertido pelo Presidente que pode retirar-lha se o orador persistir na sua atitude”. O Sr. Vice-Presidente esteve a utilizar grande parte do seu tempo tratando de

temas que não tinham a ver com este ponto da Ordem de Trabalhos, e depois, quando acabara a sua intervenção, havia um protesto e dois pedidos de esclarecimento e não teve tempo para ouvir. -----

----- Isso era um manifesto desrespeito para com a Assembleia Municipal, e o PS, perante faltas de respeito, respondia exactamente da mesma forma e por isso iam-se embora. -----

----- Nesta altura, conforme anunciado, o Grupo Municipal do PS abandonou a Sala. --

----- **O Senhor Presidente** respondeu que se recusava a ser censor de conteúdos, já o disse várias vezes e continuava a repetir. -----

----- Disse, depois, que com a saída do Grupo Municipal do PS com toda a certeza ficaram sem *quorum*, mas dava a palavra à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa. ----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, começou por dizer que achava lamentável a posição ali assumida hoje pelos Deputados Municipais do PS. Todos sabiam que este debate se arrastava há meses e que os lisboetas já estavam cansados de ouvir falar no Túnel do Marquês! -----

----- Na realidade o Sr. Vice-Presidente da Câmara só se referiu a matérias todas elas colocadas pelos Srs. Deputados Municipais. Foram eles que efectivamente colocaram a questão da vinda ou não vinda dos jovens para a Cidade de Lisboa e, em função disso, o Sr. Vice-Presidente explicou o que a Câmara tem estado a fazer em termos de reabilitação urbana, em termos da criação das três sociedades de reabilitação urbana, e realmente tudo isso foi ali invocado pelos Srs. Deputado Municipais. -----

----- Disse, depois, que era engraçado hoje notar as grandes divergências que estavam a surgir na Assembleia Municipal, fruto da não possibilidade da efectivação da coligação de esquerda para Lisboa, tão desejada pelo PS e pelo PCP. Portanto, isto tinha exactamente a ver com isso. -----

----- Relativamente ao BE e ao Dr. Sá Fernandes, disse, dirigindo ao Deputado Municipal Carlos Marques, que por muito que lhe custasse ouvir a verdade era que lhe caíra a máscara, e neste momento todos sabiam que aquela providência cautelar e tudo aquilo que tanto transtorno causou aos lisboetas agora tinha um rosto, e quer quisessem quer não quem estava por detrás desse rosto, ou quem foi a reboque desse rosto, era exactamente o BE. -----

----- Portanto, sobre o túnel já tudo foi dito, a discussão estava toda feita, os Srs. Deputados Municipais puderam todos exprimir-se, o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha compromissos que levaram a que tivesse que se ausentar, mas a Câmara continuava representada na Assembleia já que para além dela própria estavam mais dois Vereadores e também técnicos que têm acompanhado toda essa obra, pelo que não fazia sentido o que se passou. Tudo isso era já uma mera acção eleitoral. -----

----- Aliás, ela própria, há alguns dias atrás, numa reunião da Assembleia Municipal, tinha uma proposta sua e foi exactamente o Deputado Municipal Dias Baptista que, tentando confundir toda a gente, levantou uma séria de questões relacionadas com o Bairro 2 de Maio, com o centro de saúde, etc., tudo problemas que não tinham nada a ver com aquilo que era a matéria da proposta. -----

----- Enfim, eram dois pesos e duas medidas! Mas achava isso inacreditável, uma vergonha para a Assembleia Municipal, instituição para a qual os Deputados Municipais foram eleitos pela população da Cidade de Lisboa para ali a representarem. -----

----- Rematou dizendo que se sentia envergonhada enquanto Vereadora da Câmara. ---

----- **O Senhor Presidente** disse que apenas estavam presentes 47 Deputados Municipais, pelo que daria a palavra aos Deputados Municipais, Carlos Marques, Martinho Baptista e Pedro Portugal, e depois encerraria os trabalhos para se continuar esta discussão no próximo dia 31 de Maio. -----

----- Mas dado verificar-se alguma oposição na Sala à continuação dos trabalhos sem *quorum*, deu-os por encerrados informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no dia 31 de Maio. -----

----- Eram 19 horas e 45 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, \_\_\_\_\_.

----- O PRESIDENTE -----